

**POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO**  
DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

---

**Orientações gerais para a implementação do Curso de  
Pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na  
Educação Profissional e Tecnológica**



Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Diretoria de Políticas e Regulação da Educação  
Profissional e Tecnológica

Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da  
Educação Profissional e Tecnológica

**Orientações gerais para a implementação do Curso de  
Pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na  
Educação Profissional e Tecnológica**

Orientações Gerais

Brasília, maio de 2025

## Nota explicativa

Esse produto é uma adaptação do material denominado “Documento de Orientações do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. Tanto o Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência na EPT quanto o de EaD na EPT e o de Gestão na EPT fazem parte da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica. A política “congrega ações de formação continuada destinadas aos campos da docência, da educação a distância e da gestão na e da EPT” (Brasil, 2024, p. 7).

Os três cursos de pós-graduação *lato sensu* serão desenvolvidos na modalidade a distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria, para a oferta, com as instituições de EPT de todo o território brasileiro.

Na educação a distância há necessidade de estabelecer padrões e diretrizes que procurem garantir a qualidade e a eficácia dos cursos oferecidos nessa modalidade e assegurem a implementação da Política em todas as instituições ofertantes. O modelo padrão assegurará:

- 1. Padronização de conteúdos:** todos os cursistas terão acesso a um currículo único e alinhado com os objetivos da política;
- 2. Gestão:** gerenciamento mais eficiente dos cursos, otimizando o tempo e os recursos financiados;
- 3. Avaliação e monitoramento:** favorece o processo de avaliação e monitoramento dos cursos, permitindo identificar os pontos fortes e fracos do modelo e realizar os devidas ajustes;
- 4. Formação dos profissionais (gestores, professores, tutores e orientadores de TCC) que atuam nos cursos:** os mesmos profissionais podem atuar em cursos distintos e o conhecimento de experiências similares contribuem para uma atuação com qualidade;
- 5. Customização dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA):** essa atividade demanda um tempo considerável das equipes que pode ser reduzido e melhorado quando as formações são ofertadas dentro do mesmo modelo

Em síntese, a implementação de um modelo padrão para cursos EaD exige um planejamento cuidadoso, a participação de todos os envolvidos e a superação de diversos desafios. No entanto, os benefícios dessa iniciativa repercutem na melhoria da qualidade dos cursos e na otimização dos recursos.

Nessa perspectiva, os três cursos previstos na Política Nacional de Formação de Profissionais para EPT têm elementos comuns nos seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para o necessário alinhamento da política.

No desenvolvimento do “Documento de Orientações do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica” foi proposto um modelo replicável para os demais cursos de EaD que integram a política nacional.

Este documento orientador foi constituído por um conjunto de componentes que fazem parte da estrutura operacional e pedagógica da EaD, com desenvolvimento a partir de estudos e curadoria do que se compreende indispensável abordar quando se trata desta modalidade educacional. Os estudos que compõem a produção não surgiram do acaso, mas se baseiam nos imperativos sociais de educação frente à necessidade contemporânea.

Nesse sentido, os três PPCs apresentam elementos comuns, mas também comportam diferenças entre eles, que geraram a necessidade de elaboração de três Documentos de Orientações Gerais específicos. As diferenças entre os documentos, são:

- Apresentação
- Direcionamento das orientações textuais
- Atualização imagética
- Contextualização do Curso
- Síntese dos princípios pedagógicos do Curso
- Síntese e produção de imagem gráfica das Dimensões da estrutura curricular
- Períodos de referência para a organização do cronograma de ofertq

- Proposta de Cronograma de oferta
- Especificidades do Trabalho de Conclusão de Curso

A reorganização dos documentos para cada um dos cursos demandou uma quantidade expressiva de trabalho, desde a leitura atenta do PPC de cada curso para as devidas atualizações referenciais, a definição dos textos, exemplos contextualizados, imagens e cronogramas a serem modificados e a escrita dos textos específicos para cada um dos cursos.

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro de Estado da Educação**

Camilo Sobreira de Santana

**Secretário-Executivo**

Leonardo Barchini

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica**

Marcelo Bregagnoli

**Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica**

Patrícia Barcelos

**Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação**

**Profissional e Tecnológica**

Sandra Grutzmacher

**Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Educação a Distância na EPT**

Simone Medeiros

**Equipe Técnica da Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da EPT**

Ana Clara Ribeiro Dara

Renata Oliveira de Barcelos

Simone Medeiros

**Presidente da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior (Capes)**

Denise Pires de Carvalho

**Diretor de Educação a Distância**

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

**Coordenação-Geral de Articulação  
de Programas e Cursos EaD**

Luiz Alberto Rocha de Lira

**Coordenação de Articulação de  
Programas e Cursos EaD**

Joana Paula Alves da Silva Noia de  
Sousa

**Coordenação de Programas,  
Cursos e Monitoramento em EaD**

Carlos Estevam Marcolini Rezende

**Coordenação-Geral de Apoio  
Financeiro a Programas e Cursos  
EaD**

Bruno Teles Nunes

**Coordenação de Execução e  
Acompanhamento Financeiro**

Rogério de Sousa Oliveira

**Coordenação de Concessão e  
Monitoramento de Bolsas**

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

**Comissão de Elaboração das  
Orientações Gerais para a  
implementação do Curso de Pós-  
graduação *lato sensu* em Educação  
a Distância na Educação  
Profissional e Tecnológica**

Daniela E. Monteiro Will

Edna Araujo dos Santos de Oliveira

Roseli Zen Cerny

**Colaboração**

Simone Medeiros

**Diagramação**

Dianine Censon

## Apresentação

A Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estabelece princípios e objetivos com a intenção de organizar programas e ações voltados para os profissionais que atuam ou que pretendem atuar na EPT, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), com os planos decenais dos estados, do DF e dos municípios.

Uma das ações estratégicas dessa política se materializa com a oferta de cursos de pós-graduação (*lato sensu*), com destaque para a realização do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, que envolve a parceria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC); da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB); da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT); e dos sistemas públicos de ensino.

O Curso é voltado aos profissionais portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Preferencialmente, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou que pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica, sendo que os candidatos ao ingresso no Curso devem atuar no estado da instituição de ensino ofertante.

Trata-se de um arranjo institucional inovador. Unindo esforços de diferentes instituições, tem a finalidade de contribuir para a expansão e a interiorização das políticas de formação de profissionais para a EPT, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPC) e materiais didáticos nacionais e em rede, produzidos para compartilhamento junto às instituições de ensino ofertantes.

A formação em e para a educação a distância está comprometida com um trabalho de natureza coletiva e colaborativa, orientado pelos princípios de qualidade socialmente referenciados. O Curso, assim, intenciona a apoiar políticas emancipatórias na EPT, contribuindo para a construção de uma sociedade comprometida com a transformação, baseada em princípios éticos e de solidariedade social. Ao longo do Curso, espera-se que os cursistas se engajem em um processo reflexivo crítico, de forma a atuar na criação de práticas pedagógicas a distância voltadas à superação do neotecnicismo.

Oferecido na modalidade de educação a distância (EaD), por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Curso possibilita uma oferta abrangente, integrando diferentes redes existentes, a exemplo da RFEPTC, do sistema UAB e dos sistemas de ensino públicos, no esforço de expandir e interiorizar a pós-graduação, reduzindo assimetrias e desigualdades regionais. Mas, ao mesmo tempo, exige ações articuladas, integradas e coordenadas entre todos os envolvidos, considerando as especificidades e arranjos institucionais das diferentes ofertas, em todas as suas etapas.

Para isso, este documento foi elaborado. Ele tem a intenção de subsidiar as equipes das instituições de ensino ofertantes na implementação do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na EPT, para que se alcancem os objetivos formativos com a qualidade almejada.

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** - Síntese dos princípios educativos da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica

**Figura 2** - Princípios pedagógicos do Curso

**Figura 3** - Representação gráfica do desenho pedagógico do Curso

**Figura 4** - Dimensões da proposta curricular

**Figura 5** - Organização geral do TCC

**Figura 6** - Localização das instituições que oferecem cursos pela UAB

**Figura 7** - Polos da UAB em cada estado do país

**Figura 8** - Campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território nacional

**Figura 9** - Eixos e categorias analíticas fundamentais para a qualidade na EaD

**Figura 10** - Pressupostos da Gestão na EaD

**Figura 11** - Instituições que formam a rede nacional de formação para o Curso

**Figura 12** - Equipe de implementação do Curso

**Figura 13** - Sistema de Acompanhamento ao Estudante

**Figura 14** - Organização do Sistema de Acompanhamento

**Figura 15** - Modalidades de comunicação na EaD

**Figura 16** - Página inicial do curso na plataforma

**Figura 17** - Exemplo do sumário estruturado dos módulos

**Figura 18** - Módulo I do Curso EaD na EPT

**Figura 19** - Página inicial da Unidade Temática I

**Figura 20** - Orientações técnicas

**Figura 21** - Orientações técnicas para acesso e migração dos materiais

**Figura 22** - Fluxo das ações para a criação e oferta do Curso

**Figura 23** - Tipos de bolsas e valores

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Tempos curriculares do Curso

**Quadro 2** - Estrutura curricular

**Quadro 3** - Resumo da distribuição das atividades do Curso, por semanas

# SUMÁRIO

<b>O DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES GERAIS DO CURSO</b> .....	13
<b>1. O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> .....	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO .....	15
1.2 OBJETIVO GERAL DO CURSO.....	16
1.3 DESENHO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	16
1.3.1 Princípios pedagógicos do Curso.....	17
1.3.2 Representação gráfica do desenho pedagógico do Curso .....	21
1.4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO E SUA ORGANIZAÇÃO.....	21
1.4.1 Dimensões da proposta curricular.....	22
1.4.2 Módulos, núcleos e unidades temáticas.....	22
1.4.3 Distribuição da carga horária das unidades temáticas nas semanas.....	23
1.4.4 Estruturação dos módulos e unidades temáticas .....	25
1.5. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	29
1.5.1 Tipos e formatos dos instrumentos de avaliação.....	30
1.6 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	38
1.6.1 Os três momentos do TCC.....	38
1.6.2 O TCC e o Memorial .....	40
1.6.3 Organização do trabalho de orientação do TCC.....	40
1.6.4 Sugestões para a organização da avaliação final do TCC .....	41
<b>2. A FORMAÇÃO EM EPT NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> .....	42
2.1 O SISTEMA UAB.....	42
2.2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA EAD.....	46
2.3 IMPORTÂNCIA DA EAD PARA A FORMAÇÃO NA EPT .....	48
2.4 QUALIDADE NA EAD.....	50
2.5 GESTÃO NA EAD .....	54
<b>3. AS EQUIPES DO CURSO</b> .....	58
3.1 A REDE DE FORMAÇÃO NA EPT .....	58
3.2 CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES DE IMPLEMENTAÇÃO .....	60
3.2.1 Coordenador de Curso.....	61
3.2.2 Secretarias de curso .....	62
3.2.3 Coordenação Geral UAB.....	63

3.2.4 Professores Formadores e Tutores .....	65
3.2.5 O estudante na EaD e no Curso .....	73
<b>3.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS EQUIPES .....</b>	<b>77</b>
3.3.1 Professores formadores .....	78
3.3.2 Tutores.....	79
3.3.3 Orientadores de TCC .....	79
<b>3.4 FORMAÇÃO DAS EQUIPES.....</b>	<b>80</b>
3.4.1 Tipos de formação .....	82
<b>4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) E MATERIAIS DIDÁTICOS.....</b>	<b>84</b>
4.1. O QUE É UM AVA.....	85
4.2 ORIENTAÇÕES PARA O USO DO AVA .....	87
4.3. MATERIAIS DIDÁTICOS .....	89
<b>5. IMPLEMENTAÇÃO, FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO.....</b>	<b>95</b>
5.1 ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO.....	95
5.1.1 Fluxo das ações para criação e oferta do Curso .....	95
5.1.2 Detalhamento das atividades .....	97
5.2 FINANCIAMENTO DO CURSO .....	110
5.2.1 Concessão de Bolsas Universidade Aberta do Brasil .....	110
5.2.2 Outros itens financiáveis .....	113
5.3 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CURSO .....	113
5.3.1 Acompanhamento pelas coordenações locais .....	115
5.3.2 Avaliação Nacional.....	116
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>121</b>
Anexo 1 - Atos administrativos que regulamentam a EaD.....	121

## O DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES GERAIS DO CURSO

Bem-vindo à rede nacional de formação de profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica! Várias instituições e profissionais fazem parte dessa rede com o objetivo de implementar a Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Iniciativa importante e desafiadora!

Este documento foi elaborado cuidadosamente para auxiliar a todos os envolvidos na implementação e desenvolvimento do Curso de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização) em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Seu conteúdo diz respeito, na sua maior parte, às instituições ofertantes, uma vez que são as mais diretamente envolvidas nesse processo. Contudo, o conhecimento mútuo das atribuições de cada um, por todos os participantes, potencializa uma gestão mais democrática, participativa, cuidadosa e, por isso, mais eficaz, eficiente e com qualidade socialmente referenciada. Para isso, é essencial que você conheça e compreenda todas as etapas que envolvem uma formação realizada na modalidade de educação a distância (EaD), pois só desta maneira poderá planejar sua atuação com coerência e criticidade.

A maior parte da organização didático-pedagógica do Curso foi previamente definida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Porém, há uma parte específica, que fica a critério das instituições de ensino ofertantes, como a escolha do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a estruturação das salas de aula das unidades temáticas e o desenvolvimento dos encontros virtuais e presenciais, por exemplo. Há orientações no decorrer do Documento para essas situações.

Aqui você encontra:

- pressupostos, os objetivos, o desenho pedagógico e a estrutura curricular do Curso;

- descrição do papel das diferentes instituições e profissionais envolvidos na implantação e desenvolvimento do Curso;
- constituição do Sistema de Acompanhamento ao Estudante;
- como estão estruturados os materiais didáticos e as orientações para a organização do AVA para as unidades temáticas;
- diretrizes para a avaliação: da aprendizagem e do Curso;
- orientações para a constituição e a formação das equipes;
- orientações específicas para os gestores acerca dos itens financiáveis e sobre o fluxo de implementação do Curso;
- atribuições das coordenações UAB e dos coordenadores de cursos UAB.

Recomendamos que a leitura destas Orientações Gerais para a implementação seja articulada e integrada com a do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Boa leitura e um excelente curso!

# 1. O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Sabemos que toda e qualquer ação educativa inscreve-se em um determinado contexto histórico. Demanda de um planejamento, baseado em intencionalidades, advindas de pressupostos políticos, legais, filosóficos e pedagógicos.

Nesta seção vamos conhecer os objetivos, o desenho pedagógico e a estrutura curricular do Curso, os fundamentos e as estratégias para a avaliação da aprendizagem, bem como orientações e sugestões para a elaboração do cronograma de oferta do Curso.

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Atualmente, a Educação a Distância (EaD) no Brasil é fruto de ações governamentais e privadas com vistas à implantação, à expansão e à democratização da educação ao longo de algumas décadas. Nos últimos anos, ela passou por mudanças expressivas e foi impulsionada por dois fatores: as tecnologias de informação e comunicação, que possibilitaram o acesso de muitas pessoas à modalidade; e as políticas, programas e ações de incentivo à formação dos sujeitos nos variados níveis para o mundo do trabalho (PPC, 2024).

Se, por um lado, a EaD cresceu e se desenvolveu de maneira expressiva, sobretudo como uma ferramenta de acesso e permanência no ensino superior, por outro, ainda carece de formação adequada dos profissionais envolvidos para a manutenção da qualidade socialmente referenciada (PPC, 2024).

Na Educação Profissional e Tecnológica, a EaD apresenta desafios significativos, destacando-se a necessidade de compreender as tecnologias digitais como conhecimento e como parte integrante de processos de produção e de sistemas de

regras, de forma a promover uma abordagem crítica na compreensão e utilização dessas tecnologias (PPC, 2024).

A proposta do Curso está de acordo com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, que podem ser consultadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

## 1.2 OBJETIVO GERAL DO CURSO

“Oferecer formação continuada a graduados em diferentes áreas do conhecimento mediante conceitos e estratégias de aproximação e de associação da educação a distância à Educação Profissional e Tecnológica considerando as vantagens e as limitações dessa articulação e tendo como referência a perspectiva da formação integral, emancipatória e comprometida com a transformação social” (PPC, 2024, p. 14).

Os objetivos específicos podem ser consultados no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

## 1.3 DESENHO PEDAGÓGICO DO CURSO

O desenho pedagógico de um curso a distância é a especificação de todos os componentes do processo de ensino e aprendizagem, alicerçados por uma concepção pedagógica explicitamente definida.

Assim, o desenho pedagógico não se restringe à definição das tecnologias ou das formas de comunicação a serem utilizadas na formação, mas deve descrever a abordagem do currículo, como se dá a entrega dos conteúdos, quais são os sujeitos que integram as equipes de gestão e de docência, quais são os tipos de atividades,

como é realizada a avaliação da aprendizagem, quais ferramentas e formas de comunicação, mídias e tecnologias são utilizadas por professores, cursistas e tutores, quais tempos e espaços são necessários para que as ações de ensino e aprendizagem se concretizem.

### 1.3.1 Princípios pedagógicos do Curso

Os princípios pedagógicos do Curso estão embasados pelos princípios educativos previstos na Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2024).

Figura 1 – Síntese dos princípios educativos da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica

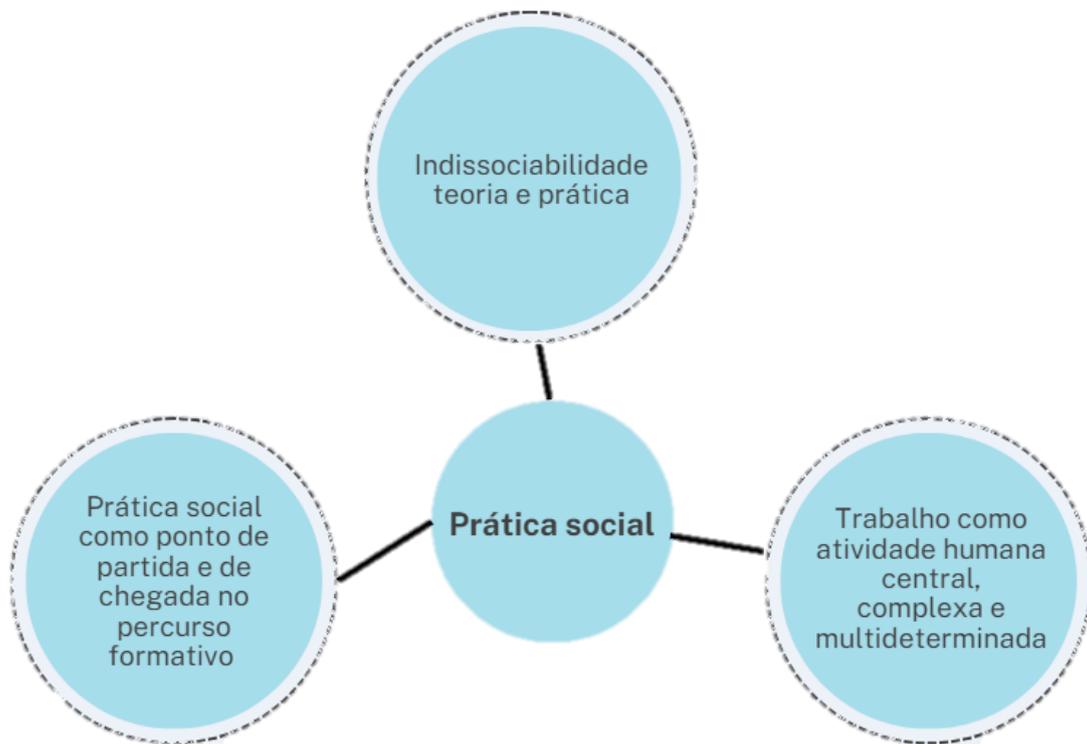


Fonte: Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2024)

Os princípios educativos previstos na Política Nacional fundamentam o PPC do Curso. Assim, de acordo com o PPC (2024), os princípios pedagógicos do Curso são:

- Prática social como ponto de partida e de chegada no percurso formativo: Partir da compreensão da historicidade e das experiências dos cursistas relacionadas à EaD que influenciam as suas formas de representação dessa modalidade. Os cursistas produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São ativos, criativos e capazes de aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.
- Trabalho como atividade humana central, complexa e multideterminada, incluindo os aspectos sócio-históricos, culturais, da ciência e da tecnologia. Isso significa situar a EaD numa perspectiva crítica, de uma prática social relacionada ao trabalho e suas condições materiais na sociedade contemporânea.
- Indissociabilidade teoria e prática: ao tomar a práxis como referência, as práticas educativas do Curso são entendidas como atividades teórico-práticas, considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação para a EaD no contexto da EPT. Essa compreensão se diferencia da perspectiva que considera haver dicotomia (dissociativa ou associativa) entre teoria e prática.

Figura 2 - Princípios pedagógicos do Curso



Fonte: Elaborada a partir do PPC (2024)

### 1.3.1.2 “Tempos curriculares”

Têm como referência a pedagogia histórico-crítica (Saviani, citado por PPC, 2024).

O desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas deve se realizar por meio de “tempos curriculares” (Ramos, citado por PPC, 2024):

Quadro 1 - Tempos curriculares do Curso

<b>Tempos de problematização</b>	A prática social e produtiva ainda como síncrese
<b>Tempos de instrumentalização</b>	O ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado
<b>Tempos de experimentação</b>	O enfrentamento de questões práticas pelo estudante A partir disso, o professor-cursista se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-lo e/ou a identificar insuficiência e limites
<b>Tempos de orientação</b>	O acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos professores-cursistas, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões
<b>Tempos de sistematização</b>	Síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações
<b>Tempos de consolidação</b>	Avaliações com finalidades formativas

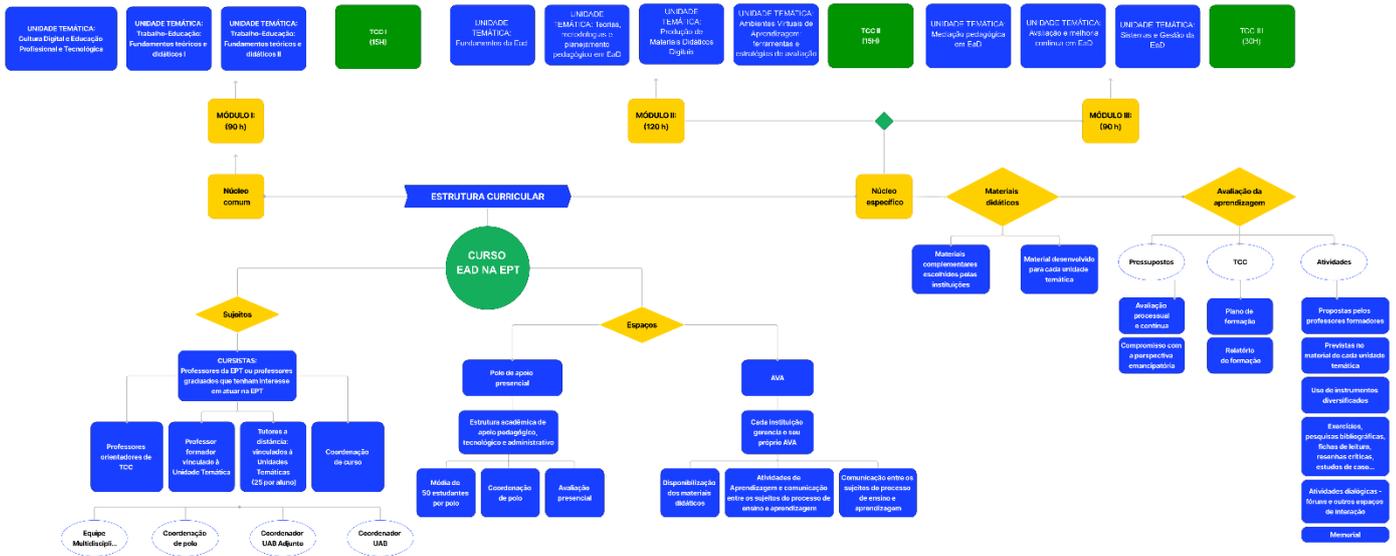
Fonte: Elaborado a partir do PPC (2024)

Esses pressupostos deverão servir para incentivar os cursistas a realizar colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos para a EaD na EPT, tornando-a, de forma crítica e profícua, incursa na *práxis* social (PPC, 2024).

A seguir, é possível observar todos os componentes do desenho pedagógico do Curso.

### 1.3.2 Representação gráfica do desenho pedagógico do Curso

Figura 3: Representação gráfica do desenho pedagógico do Curso



Fonte: Elaborada a partir do PPC (2024)

[Clique aqui para acessar o infográfico em alta qualidade de visualização e impressão](#)

### 1.4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO E SUA ORGANIZAÇÃO

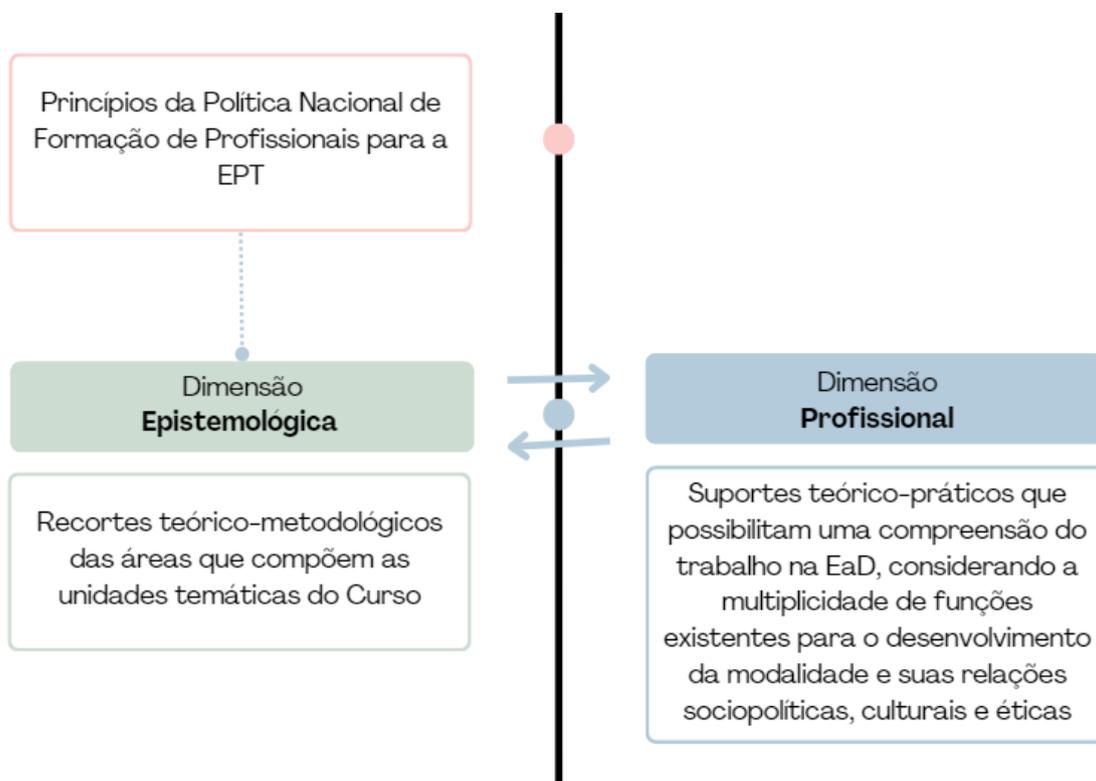
Uma proposta curricular é um caminho escolhido para que o projeto educativo em pauta seja concretizado. Ela é situada, expressando, assim, visões políticas e uma gama de valores e também os desafios a serem superados. Delineia os conteúdos, a carga horária, as atividades previstas, dentre outros, sendo um guia que orienta o planejamento e a implementação do Curso.

Nesta seção vamos conhecer como foi estruturado o currículo do Curso, bem como as orientações e sugestões para a sua implementação.

### 1.4.1 Dimensões da proposta curricular

A construção curricular do Curso se deu a partir de duas dimensões: **epistemológica** e **profissional**.

Figura 4 - Dimensões da proposta curricular



Fonte: Elaborada a partir do PPC (2024)

### 1.4.2 Módulos, núcleos e unidades temáticas

O currículo do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na EPT se organiza em dois núcleos (comum e específico), divididos em três módulos, totalizando 10 unidades temáticas. Além disso, há três momentos de TCC, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Estrutura curricular

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS (UT)	CARGA HORÁRIA (h)
<b>MÓDULO 1</b> (105h) <b>1º Semestre</b>	NÚCLEO COMUM (90h)	UT1: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		UT2: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30
		UT3: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC 1º Momento (15h)	UT4: Trabalho de Conclusão de Curso I	15
<b>MÓDULO 2</b> (135h) <b>2º Semestre</b>	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	UT5: Fundamentos da EaD	30
		UT6: Teorias, metodologias e planejamento pedagógico em EaD	30
		UT7: Produção de materiais didáticos digitais	30
		UT8: Ambientes Virtuais de Aprendizagem: ferramentas e estratégias de avaliação	30
	TCC 2º Momento (15h)	UT9: Trabalho de Conclusão de Curso II	15
<b>MÓDULO 3</b> (120h) <b>3º Semestre</b>	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	UT10: Mediação pedagógica em EaD	30
		UT11: Avaliação e melhoria contínua em EaD	30
		UT12: Sistemas e Gestão da EaD	30
	TCC 3º Momento (30h)	UT13: Trabalho de Conclusão de Curso III	30
<b>Carga horária total</b>			<b>360</b>

Fonte: Adaptado do PPC (2024)

### 1.4.3 Distribuição da carga horária das unidades temáticas nas semanas

A carga horária das unidades temáticas deverá ser distribuída considerando o número de semanas e o tempo de dedicação aos estudos, necessário para o alcance dos objetivos.

A seguir, apresentamos uma sugestão para a organização do cronograma de oferta, desenvolvida a partir dos seguintes critérios e informações:

- 18 meses de tempo total, conforme previsto no PPC;
- os cronogramas da instituição ofertante devem ser observados de forma a não sobrepor atividades e, por consequência, sobrecarregar os cursistas, que também são trabalhadores da educação;
- 18 meses corridos = 75 semanas;
- as últimas 5 semanas: podem ser destinadas às defesas/avaliações de TCC e demais atividades de encerramento do Curso. Assim, para a oferta das unidades temáticas, temos 61 semanas;
- sugerimos deixar um período de duas semanas, entre os módulos, para as atividades de recuperação das avaliações; e
- sugerimos, ainda, que as primeiras 3 semanas sejam destinadas às atividades iniciais, como a aula inaugural.

Quadro 3 - Resumo da distribuição das atividades do Curso, por semanas

N. de semanas	Atividades	Descrição
3	Atividades iniciais do Curso	Aula inaugural e outras
61	Oferta das unidades temáticas	Módulo 1 - 105h Módulo 2 - 135h Módulo 3 - 120h
6	Atividades de recuperação	Duas semanas ao final de cada módulo
5	Atividades finais do Curso	Defesas/avaliação de TCC e outras atividades relativas ao encerramento do Curso
<b>75</b>	<b>Total</b>	-

Fonte: Elaborado pelas autoras

A instituição ofertante tem autonomia para definir o cronograma.

#### 1.4.4 Estruturação dos módulos e unidades temáticas

As unidades temáticas são ofertadas uma por vez e se estruturam por meio das seguintes ações:

- estudo dos materiais didáticos;
- atividades de avaliação da aprendizagem;
- desenvolvimento do Memorial;
- encontros síncronos via webconferência;
- encontros presenciais nos polos; e
- outras que as instituições ofertantes considerarem relevantes ao processo de ensino e aprendizagem do Curso.

Acompanhe a seguir o detalhamento de cada uma dessas ações.

##### 1.4.4.1 Aula inaugural

Para dar início ao Curso, deve ser realizada uma aula inaugural com a participação de todos os cursistas e a equipe institucional. Essa aula, preferencialmente, deve ser presencial, mas pode, também, ser híbrida e até mesmo on-line, transmitida via webconferência ou plataformas de vídeo. Este momento inicial é fundamental em cursos a distância.

Esse evento tem o objetivo principal dar as boas-vindas aos participantes, assim como apresentar o Curso, as equipes nele envolvidas e os recursos e estratégias a serem utilizados como AVA, materiais didáticos e atividades de avaliação da aprendizagem. Um panorama geral do TCC e noções sobre a importância dos estudos na modalidade a distância também poderão ser apresentados aos cursistas.

É também uma oportunidade para cursistas, tutores, professores formadores e a coordenação do Curso se conhecerem e criarem uma comunidade de aprendizagem. O que geralmente acontece em uma aula inaugural:

- boas-vindas e apresentação, quando a coordenação do curso recebe e acolhe os cursistas e apresenta a equipe institucional;
- apresentação do curso: objetivos, currículo, os métodos de ensino e avaliação, e os materiais didáticos, cronograma, ou seja, todos os aspectos do PPC;
- apresentação do AVA: os cursistas são orientados pela plataforma de ensino, aprendendo como acessar as aulas, materiais, fóruns de discussão e outras ferramentas;
- noções de EaD: apresentar aos cursistas as principais características da modalidade.
- dúvidas, esclarecimentos e sugestões: É aberto um espaço para que os cursistas tirem dúvidas sobre o curso e indiquem sugestões; e
- separar os cursistas por polo com seus tutores para que seja realizada a sua apresentação. Eles podem se apresentar brevemente e contar um pouco sobre suas expectativas para o curso.

De forma a favorecer a socialização entre os participantes, sugerimos que a aula inaugural seja realizada presencialmente, no polo e/ou instituição ofertante.

Um encontro presencial, a Aula Inaugural, marca o início da jornada e oferece a oportunidade de conhecer a equipe e os cursistas. Se possível, faça uma mesa de abertura com os gestores da sua instituição, especialistas convidados e representantes da Setec/MEC e da Capes/UAB. É um momento importante para dar visibilidade ao apoio institucional que o Curso recebe. A Setec/MEC poderá apresentar as Diretrizes Gerais.

#### 1.4.4.2 Aula de abertura do módulo

Os procedimentos pedagógicos devem ser coerentes com a compreensão da perspectiva teórica, das contradições sociais e de como lidar com elas por meio de estratégias práticas de intervenção educativa (PPC, 2024).

Considerando, ainda, o atendimento às diferentes características de aprendizagem dos cursistas, é importante a organização e elaboração de atividades diversificadas. Dessa forma, é fundamental que sejam previstos momentos de interação síncrona no Curso, visando à introdução do tema e das questões trazidas por cada unidade temática, estimulando a problematização e as convergências de interesses da equipe docente e dos discentes acerca daquele tema.

Um desses momentos pode ser nas aulas de abertura do módulo. Realizadas no início de cada módulo, têm como objetivo propiciar o contato inicial com os professores formadores e tutores, bem como com os conteúdos e atividades das unidades temáticas. Por isso, podem contemplar:

- apresentação dos professores formadores e tutores;
- apresentação das unidades temáticas: conteúdos, materiais didáticos, objetivos e atividades de avaliação;
- palestra (convidado ou professor formador) sobre a temática geral do módulo;
- mobilização para o conhecimento: Atividades previstas para sensibilizar e provocar os estudantes para o que será abordado nas unidades temáticas do respectivo módulo. Trata-se de tornar os conteúdos um objeto de interesse para os estudantes. Podem ser realizadas as seguintes atividades:

diagnóstico de conhecimentos prévios sobre um tema geral do módulo: rodas de conversa, elaboração de textos escritos nos mais diversos formatos etc. Tanto o debate quanto a elaboração de textos escritos devem ser precedidos por conteúdos mobilizadores: um vídeo, uma pergunta, uma situação educativa etc.

As aulas de abertura do módulo poderão ser realizadas por meio de webconferência. Para acompanhá-las, os cursistas tanto podem estar reunidos no polo de apoio

Destacamos que serão realizadas etapas nacionais de formação de professores formadores e da tutoria com os autores dos materiais didáticos, sob a coordenação da Setec/MEC. Há mais informações sobre esse tema no Tópico 3.5 Formação das equipes.

presencial, quanto podem assistir à aula de qualquer lugar que tenha bom acesso à internet, entrada e saída de áudio e vídeo.

#### 1.4.4.3 Encontros das unidades temáticas via webconferência

Sugere-se que os professores formadores, os tutores e os orientadores de TCC prevejam a realização de encontros síncronos, via webconferência, ao menos um para cada unidade temática.

Os encontros realizados via webconferência podem contar com transmissão simultânea via *streaming* de vídeo em canais da plataforma Youtube, ou outra, com possibilidade de disponibilização da gravação do evento para visualização posterior. Geralmente, a RFEPCT dispõe de infraestrutura tecnológica de boa qualidade, que pode ser aproveitada para a realização dessas atividades.

Os encontros síncronos podem contemplar:

- a. **Debate de determinada temática e/ou texto (escrito ou audiovisual):** o tutor poderá propor um debate síncrono a partir de uma leitura previamente indicada. A leitura se dará no momento de estudo assíncrono e, no encontro síncrono, realiza-se um debate a partir de questões sobre o texto trazidas pelos estudantes.
- b. **Análise de propostas pedagógicas voltadas à EPT (Estudos de caso):** as propostas/casos são elaboradas ou pesquisadas previamente, em momentos assíncronos de estudo, individualmente ou em grupo e, no momento síncrono, são apresentados pelos estudantes. Sob a mediação do tutor, é conduzido um debate que se propõe a analisar a proposta/caso a partir dos referenciais teóricos estudados nos materiais didáticos. Sugere-se que o tutor elabore um roteiro de análise com perguntas.
- c. **Reflexão e análise de respostas à atividades de aprendizagem:** as atividades são propostas previamente, em momentos assíncronos de estudo, sendo realizadas individualmente ou em grupo e, no momento síncrono, são

apresentadas pelos estudantes, para o debate sobre as respostas (concordância, discordância, novas proposições etc.). É possível, ainda, redistribuir as atividades entre os estudantes (ou grupos), de forma que sejam analisadas as atividades de outro cursista/grupo.

#### 1.4.4.4 Encontros presenciais nos polos

Os polos de apoio presencial, no âmbito da UAB, podem ser um espaço para encontros entre os cursistas. Eles poderão se reunir para o acompanhamento das webconferências das unidades temáticas, especialmente quando essas exigirem a realização de atividades em grupo. Assim, é também um espaço para o encontro híbrido, já que os estudantes estarão fisicamente no polo e, professores e tutores interagem por meio de webconferência.

#### 1.4.4.5 Atividades de avaliação da aprendizagem

Além dos encontros síncronos, as unidades temáticas contam também com atividades de avaliação da aprendizagem, geralmente assíncronas, que, na EaD, costumam servir como um guia para o cursista organizar a sua estratégia de estudos.

Confira, a seguir, os pressupostos e as estratégias da avaliação da aprendizagem do Curso.

### 1.5. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Inicialmente, importa referir que discutir avaliação com vistas à melhoria da qualidade da EaD, não é garantia de êxito se esta for tratada de forma exclusiva e individualizada. Isto porque a avaliação está intrinsecamente ligada ao processo pedagógico desenvolvido e não pode ser estudada, definida e delineada sem a articulação com o PPC e tampouco sem considerar a perspectiva histórico-crítica que fundamenta a proposta do curso. A avaliação faz parte de um processo, por este

motivo, não podemos fazer o caminho inverso e equivocadamente, cuja ideia é acreditar que apenas mudando estratégias didáticas pontuais de avaliação se alcançará a qualidade socialmente referenciada da educação.

As concepções de avaliação que circulam no âmbito científico e acadêmico podem ser utilizadas na EaD e na EPT, já que se direcionam a processos avaliativos educacionais em geral. No entanto, por conta da natureza da EaD e das especificidades da EPT, as estratégias que envolvem a avaliação da aprendizagem merecem um redimensionamento para atender tanto às necessidades da EaD, especialmente devido ao uso das tecnologias como meios de realização de mediação pedagógica; quanto aos objetivos da formação na EPT, de forma a oferecer ferramentas teórico-metodológicas para o exercício de práticas educativas emancipatórias que levam em consideração os fatores socialmente referenciados como os socioeconômicos, socioculturais, de financiamento público adequado e de compromisso com a formação de qualidade (Silva, 2009).

### 1.5.1 Tipos e formatos dos instrumentos de avaliação

Na EaD, podem coexistir avaliações realizadas em modelos formais (provas, relatórios, questionários, registros escritos etc.) e informais (seminários, debates e diálogos por meio das ferramentas dos espaços virtuais de aprendizagem). As avaliações em geral podem ser realizadas de maneira assíncrona (sem a presença do professor ou tutor) ou com mediação em tempo real, feita por professor e tutor via webconferência (síncrona) ou nos polos de apoio presencial. Nas avaliações assíncronas, a mediação pedagógica é realizada, essencialmente, com feedbacks emitidos por texto escrito e as atividades são realizadas pelos estudantes com o “apoio” não apenas dos materiais didáticos, mas também de todos os conteúdos disponíveis na Internet.

As avaliações são previstas pelas legislações que regulamentam o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância. O Decreto nº 9057, de 2017, prevê em seu artigo primeiro:

(...) considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, **com acompanhamento e avaliação compatíveis**, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017, *grifo das autoras*).

Também, a resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, dispõe em seu art. 7º, inciso terceiro, “processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes”.

### 1.5.1.1 Avaliação presencial

A avaliação presencial pode ser realizada por meio de provas, listas de exercícios, questionários, estudos de caso, situações-problema e outros. Quando se opta pela realização de provas, pode-se intercalar e ou integrar perguntas abertas, objetivas e subjetivas:

**Perguntas abertas:** são aquelas cujas respostas devem ser apresentadas em forma de texto “livre”, ou seja, não há opções de respostas previamente apresentadas ao estudante.

**Perguntas objetivas:** as perguntas objetivas requerem do cursista uma resposta específica, baseada em uma referência estudada no curso, ou seja, no conhecimento científico. Desta forma, não possibilitam a apresentação do “ponto de vista” do estudante ou que dê sua opinião.

**Perguntas subjetivas:** diferentes das objetivas, as perguntas subjetivas possibilitam a expressão do ponto de vista do estudante, a partir de estudos realizados e práticas educativas já vivenciadas. Objetivam, especialmente, a realização de avaliação diagnóstica (levantar o conhecimento prévio dos estudantes sobre determinado assunto).

**Estudo de caso:** trata-se de uma atividade em que se apresenta ao estudante uma situação da EPT, real ou hipotética, e, em seguida, algumas perguntas sobre a mesma. O estudante deverá analisar a situação apresentada, tendo como referência

os pressupostos teóricos estudados, quando se tratar de avaliação formativa. Quando se trata de avaliação diagnóstica, por exemplo, pode ser dispensado o uso de referências teóricas, já que o que interessa é o conhecimento do domínio inicial que o estudante tem sobre determinado assunto. Os estudos de caso são excelentes ferramentas de aprendizagem, pois possibilitam que as situações educativas sejam compreendidas como atividades teórico-práticas, considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação do educador da EPT.

**Situação-problema:** trata-se de uma atividade em que apresentamos uma situação-problema da EPT, real ou hipotética, e, em seguida, questiona-se o estudante quanto à resolução do conflito apresentado. Ele deverá utilizar os referenciais teóricos estudados para responder a questão de forma que ela se torne uma resposta fundamentada no conhecimento científico e em um movimento dialético, de problematizar e revigorar essas mesmas teorias ao confrontá-las com a realidade.

#### 1.5.1.2 Avaliação a distância (assíncrona)

A atividade de avaliação a distância deve ser elaborada pela equipe docente em consonância com os objetivos de aprendizagem estabelecidos no planejamento de cada unidade temática, sendo disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Como o próprio nome indica, os estudantes realizam a distância, ou seja, no local e horário que consideram mais propício, e as enviam conforme o cronograma definido em cada unidade temática. O envio da avaliação pode ser realizado apenas via AVA.

Em geral, é indicado ao professor que elabore entre uma a duas atividades de avaliação a distância por unidade temática de 30 horas. Tais atividades podem ser avaliadas tanto pelo professor quanto pelo tutor, que emitem feedback e atribuem um conceito pelo desempenho do cursista naquela atividade.

Os *feedbacks* constituem-se uma forma rica de o professor formador dar um retorno aos estudantes, “tornando-se uma via para tornar a avaliação mais formativa, captando as reações dos alunos, suas questões sobre o sentido e o alcance do que

foi dito pelo avaliador, seus pedidos de explicação sobre as apreciações e as notas” (Hadji, 2001, p.110).

As atividades a distância, devido à sua forma de desenvolvimento, possibilitam um maior número de proposições, **incluindo as já apresentadas para as avaliações presenciais**. Vamos ver quais são!

**Memorial:** deve estar presente em, pelo menos, boa parte das unidades temáticas. Trata-se de uma atividade que se articula com a trajetória de produção do Relatório de Formação (TCC). Em cada unidade temática, o estudante deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização do estudante.

O registro de todo esse percurso será feito em um Memorial, no qual o estudante registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os cursistas. É um meio para o cursista expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele, o cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos (PPC, 2024, p. 70).

O Memorial deve ser uma importante referência, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se alguma ferramenta no AVA no qual o cursista irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no Curso que possam auxiliar no

esclarecimento da questão levantada no TCC I. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

**Atividades colaborativas:** significa poder contar com outras pessoas na resolução de determinado problema ou tarefa. A aprendizagem cooperativa convida a uma prática interativa, pois pressupõe a participação, a coautoria e a troca de informações pela equipe de trabalho. Ao aprender de forma interativa, o grupo desenvolverá o respeito às diferenças, aprendendo a atuar em conjunto e agindo a favor do grupo, ou seja, desenvolvendo habilidades e competências para trabalhar de forma coletiva. Assim, o processo de interação permite a participação, discussão e definição conjunta de papéis de atuação entre pares ou membros do grupo.

As atividades colaborativas podem ser: fóruns de discussão, elaboração de projetos e relatórios, realização de pesquisas, criação de textos coletivos, chats, construção de blogs, estudos de caso etc.

**Fórum de discussão:** é uma excelente estratégia para manter um espaço aberto para análises, confrontação de ideias ou para gerar novas discussões. Permite, também, aos estudantes, ampliar sua visão sobre determinado assunto a partir da socialização dos vários pontos de vista dos demais colegas. O autor, ao solicitar a discussão num fórum, precisa esclarecer ao grupo os objetivos do debate, formular a questão que dará início à participação dos estudantes e indicar fontes de pesquisa para aprofundar o conhecimento sobre o assunto (Sartori; Roesler, 2008). Para iniciar a discussão, além da questão que dará início à mesma, o autor poderá indicar a leitura de um pequeno texto, a assistência a um vídeo, a análise de uma imagem etc. Exemplo:

## Tema: Desafios e potencialidades da EaD na Educação Profissional e Tecnológica

A expansão da Educação a Distância no Brasil tem impulsionado novas discussões sobre a oferta dessa modalidade, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Este fórum tem como objetivo promover um espaço de reflexão e debate sobre os limites e as perspectivas da EaD na EPT, para:

- **Analisar** os desafios e as oportunidades da oferta da EPT por meio da EAD;
- **Discutir** as especificidades da EaD na EPT,
- **Compartilhar** experiências e boas práticas da EaD na EPT;
- **Construir** um olhar crítico e propositivo para o futuro da EaD na EPT,
- considerando os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais
- para a Educação Profissional e Tecnológica.

### Questões norteadoras para a discussão:

1. Quais os principais desafios para a oferta da EaD, considerando as especificidades da EPT?
2. Como garantir a qualidade da EaD na EPT, especialmente em relação à formação que considera o trabalho como princípio educativo?
3. Qual o papel das tecnologias digitais na EaD na EPT?
4. Como promover a inclusão e a equidade na oferta da EaD na EPT?
5. Quais as perspectivas para a expansão da EaD na EPT nos próximos anos?

A partir do que estudamos na unidade temática X (ou no texto Y, no vídeo Z etc.), apresente um comentário crítico-reflexivo, fundamentado teoricamente, que contribua para, pelo menos, um dos objetivos indicados na proposta do fórum. **(Os participantes podem, ainda, disponibilizar artigos científicos, notícias, relatos de experiências, legislações e outros materiais relevantes para enriquecer as discussões).**

Lembre-se ainda que, “participar” de um fórum significa “dialogar”. Ou seja, não devemos apenas entrar no fórum e postar um comentário. Procure interagir, estabelecer diálogo com os demais participantes visando o crescimento de toda a comunidade virtual da qual fazemos parte.

(Importante: O tutor/a acompanhará as discussões estimulando a interação entre os participantes, esclarecendo dúvidas, aprofundando os debates, lançando novos questionamentos, indicando novas leituras etc.)

### Avaliação do Fórum:

A participação no fórum será avaliada considerando a contribuição para a reflexão sobre um dos objetivos e/ou questões norteadoras, a capacidade de análise crítica e de construção de um diálogo construtivo.

**Projetos (de pesquisa, de intervenção):** as práticas de pesquisa e intervenção desenvolvidas no ensino superior possibilitam a compreensão lógica do conhecimento e sua relação com as necessidades históricas, por meio da identificação de problemas e do desenvolvimento das formas de solucioná-los em âmbito teórico e prático. Os projetos podem ser realizados individualmente ou em equipes. Exigem capacidade de elaboração escrita, uso de normas científicas e acadêmicas, pesquisa e reflexão crítica acerca de determinado tema. Podem ser elaborados aos poucos de forma que sua elaboração seja constantemente acompanhada e orientada pelo tutor. O formato do projeto deverá ser indicado pelo tutor, assim como o número de páginas aproximado.

**Relatórios e Portfólios:** podem ser realizados individualmente ou em equipes. Exigem capacidade de elaboração escrita, de reflexão crítica e sínteses. Podem ser utilizados para o relato e a análise de práticas de estágio, de pesquisa, de observação de determinada realidade em estudo.

**Atividades de pesquisa:** podem atingir abrangência significativa em virtude do potencial de fontes disponíveis atualmente. O autor indica como fontes de pesquisa livros, páginas na Internet, vídeos, filmes, músicas, entre outras. Ao solicitar uma pesquisa, o autor precisa realizar uma busca anterior, com o intuito de verificar a facilidade de acesso por parte dos estudantes. Como nas demais estratégias, os objetivos, as fontes de pesquisa e os conteúdos a serem selecionados devem ser indicados previamente. Também é importante estabelecer o que fazer com a seleção das informações, ou seja, o que fazer após a análise, descrição e depuração do material coletado. Se o objetivo for elaborar um relatório, devem ser fornecidas as instruções de como elaborá-lo. Os cursistas precisam receber esclarecimentos exatos sobre os passos a seguir após a pesquisa (Sartori; Roesler, 2008).

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido (PPC, 2024, p. 70).

As propostas de avaliação podem ser elaboradas visando proporcionar a reflexão crítica dos cursistas sobre o conteúdo estudado, sobre a problematização de questões abordadas no material didático e também daquelas que surgirem no decorrer da unidade temática em estudo, consolidando a avaliação com finalidade formativa, conforme previsão no PPC

### 1.5.1.3 Atividades de autoavaliação (síncronas ou assíncronas)

A autoavaliação é um instrumento fundamental aliado à avaliação formativa. Ao negociar e estabelecer contratos didáticos com os estudantes, criam-se condições para o desenvolvimento de processos de autoavaliação. Esse registro pode ser orientado por dois momentos, o primeiro para avaliar seu percurso individual e, o segundo, sobre seu envolvimento durante a condução e desenvolvimento das unidades temáticas e/ou ao longo do semestre.

**1º momento** - Autoavaliação do percurso individual: considerar os acessos, produções e participações nas leituras dos materiais básicos e suplementares, acesso aos vídeos e participação nas atividades. Ao final, atribui-se um conceito.

**2º momento** - Autoavaliação sobre seu envolvimento ao longo do desenvolvimento das unidades temáticas: considerar a organização dos estudos, desenvolvimento das avaliações propostas, participação nas atividades propostas pelos professores formadores na condução do processo didático e demais aspectos que acharem relevantes.

Essas atividades serão registradas no memorial e depois encaminhadas à equipe docente, pois o objetivo é que os cursistas analisem seu próprio desempenho. Outra possibilidade é a elaboração de questionários on-line ou fóruns com questões mais objetivas para promover a autoavaliação, fortalecendo a participação, interação e comunicação entre os cursistas ao longo da unidade temática. Nesta opção é interessante que o tutor acompanhe o progresso de cada cursista nas atividades de autoavaliação on-line no AVA, oferecendo suporte para superar dificuldades. Esse

acompanhamento individual, observado pelos demais cursistas, promove uma interação dinâmica entre o individual e o coletivo.

## 1.6 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Construção ao longo do processo formativo: O TCC é desenvolvido ao longo do Curso, em três etapas distintas, com acompanhamento do professor formador da unidade temática e da tutoria (TCC I, TCC II e TCC III). No início do Módulo 3, o cursista também terá o acompanhamento do orientador de TCC, até o final do Curso.

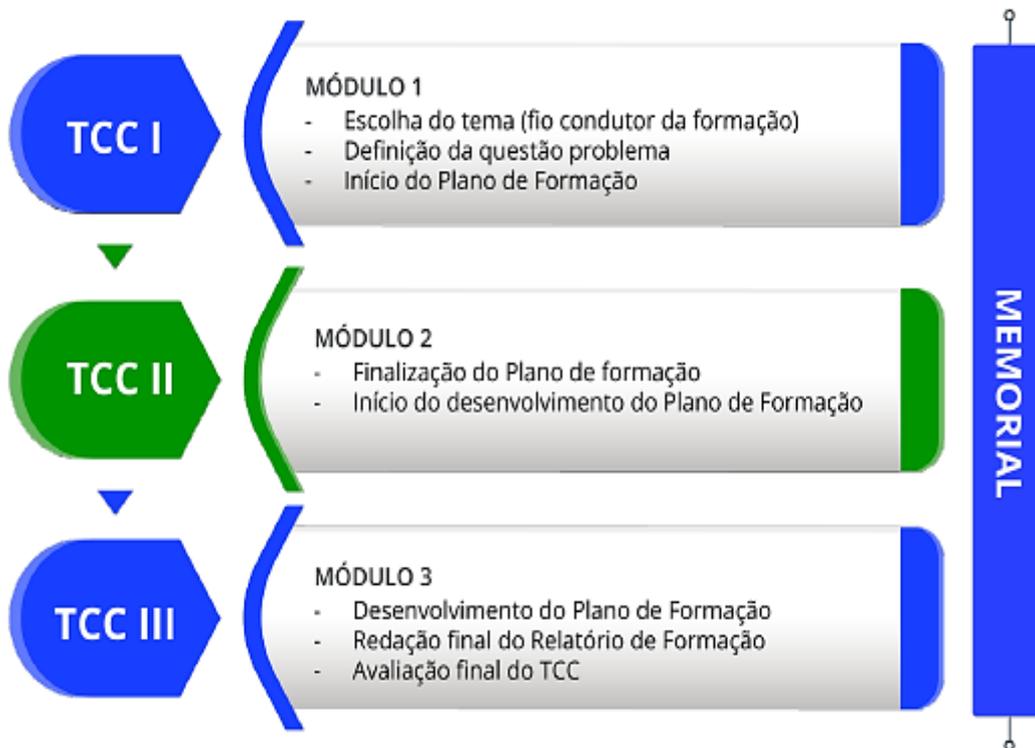
O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido no formato de Relatório de Formação (RF) a ser construído ao longo do Curso. Será o resultado de um Plano de Formação proposto e desenvolvido pelo cursista, ao término das unidades temáticas, nos módulos I e II. O RF deverá articular o percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante, considerando os desafios e as perspectivas das relações entre EaD e EPT no contexto educacional.

É importante que não se confunda a unidade temática de TCC com a orientação de TCC. Na unidade temática de TCC, os cursistas serão orientados, por meio de materiais pedagógicos, com acompanhamento de professor formador e tutoria, em conformidade com as demais unidades temáticas do Curso. A orientação de TCC será uma atividade em que, distribuído em um grupo menor, a partir do início do Módulo 3, o orientador fará o acompanhamento do cursista e o ajudará na finalização do Relatório Final do Curso (TCC). Vejamos:

### 1.6.1 Os três momentos do TCC

A execução do TCC ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo, em três momentos, com finalidades específicas:

Figura 5 - Organização geral do TCC



Fonte: Elaborada a partir do PPC (2024)

- i. **Primeiro momento - TCC I (15h):** faz parte do Módulo I e será ofertado após a conclusão das três primeiras unidades temáticas do núcleo comum. Tem como objetivo a elaboração do Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse e de uma questão-problema sobre a EaD na EPT.
- ii. **Segundo momento - TCC II (15h):** acontecerá após a conclusão das quatro unidades temáticas do núcleo específico, ao final do Módulo II. Terá como propósito a elaboração de um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema escolhido (Memorial), privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando as sistematizações realizadas e registradas no inventário.
- iii. **Terceiro momento - TCC III (30h):** com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no TCC I e desenvolvido no TCC II, ao final do Curso (TCC III), o cursista deverá apresentar um Relatório de Formação.

### 1.6.2 O TCC e o Memorial

No decorrer das unidades temáticas, os cursistas serão orientados a registrar suas reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas, dúvidas, no Memorial. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os cursistas. É um meio para o estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele, o cursista deverá resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas unidades temáticas e suas experiências vivenciadas, em especial, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial será uma atividade a ser elaborada em vários momentos do Curso, no decorrer das unidades temáticas, de forma a consubstanciar a elaboração do Plano e do Relatório de Formação.

O detalhamento e as orientações específicas para a realização desta atividade estão descritos nos materiais didáticos das unidades temáticas.

### 1.6.3 Organização do trabalho de orientação do TCC

As unidades temáticas TCC I, TCC II e TCC III são desenvolvidas como as demais, na relação de 25 estudantes para cada tutor. No entanto, no início do Módulo 3, além da Unidade Temática TCC III, os cursistas terão disponíveis, desde o início do Módulo, os orientadores de TCC.

Assim, para o TCC III, a coordenação do Curso fará a designação dos orientadores, na proporção de 10 ou 5 estudantes para cada docente orientador, de acordo com a [Instrução Normativa DED/Capes nº 2, de 19 de abril de 2017](#).

#### 1.6.4 Sugestões para a organização da avaliação final do TCC

De acordo com o PPC nacional, o TCC, depois de finalizado, deverá ser examinado por dois avaliadores, que deverão atribuir uma nota ou conceito (conforme o que estiver previsto no regimento da instituição ofertante). A defesa do trabalho, assim, não é uma atividade obrigatória.

Contudo, a critério da instituição ofertante, poderá ser realizada a defesa ou outras formas de apresentação do TCC pelos cursistas. Nesse caso, deve ser previsto no cronograma do Curso um momento para a realização das defesas (cerca de um mês), que podem ser realizadas presencialmente, nos polos, ou de forma virtual, via webconferência.

##### **a) Avaliação do TCC com defesa oral (apresentação)**

As defesas podem ser realizadas individualmente ou, preferencialmente, em forma de seminários temáticos. Nesse evento, os TCCs devem ser agrupados por temas comuns, a fim de constituírem grupos temáticos, mediados por um professor orientador.

##### **b) Avaliação do TCC com arguição oral**

Podem ser realizados, ainda, eventos nos quais os cursistas sejam questionados sobre o seu trabalho pelos professores da banca examinadora.

Devem ser verificadas as demais informações contidas no Regimento e/ou no PPC de cada instituição, referentes à finalização e registro das notas/conceitos do TCC.

## 2. A FORMAÇÃO EM EPT NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste tópico, apresentamos os principais elementos pedagógicos, históricos e legais relativos à modalidade de educação a distância (EaD), bem como informações sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

### 2.1 O SISTEMA UAB

O Sistema UAB foi estabelecido pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com o objetivo de promover a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior por meio da modalidade de educação a distância no Brasil. A UAB impulsiona essa modalidade nas instituições públicas de ensino superior, apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino respaldadas por tecnologias de informação e comunicação, e estimula a colaboração entre União, estados e municípios, promovendo a criação de centros de formação contínua através dos polos de educação a distância estrategicamente localizados (Brasil, 2022).

Por isso, o Sistema UAB é reconhecido em sua importância por viabilizar a possibilidade de educação formal gratuita e de qualidade para cidadãos de distintas partes do nosso país, incluindo locais afastados que não possuem cursos presenciais de graduação e pós-graduação, fazendo ponte entre União, estados e municípios para a criação de polos de formação permanente.

Nesse sentido, a implementação de uma rede de Educação Profissional e Tecnológica que ofereça cursos na modalidade EaD é uma estratégia crucial para atingir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Essas iniciativas não apenas fortalecem a capacitação de profissionais qualificados em todo o território nacional, mas também promovem a democratização do acesso à educação profissional pública e de excelência. De acordo com dados informados pelo Ministério

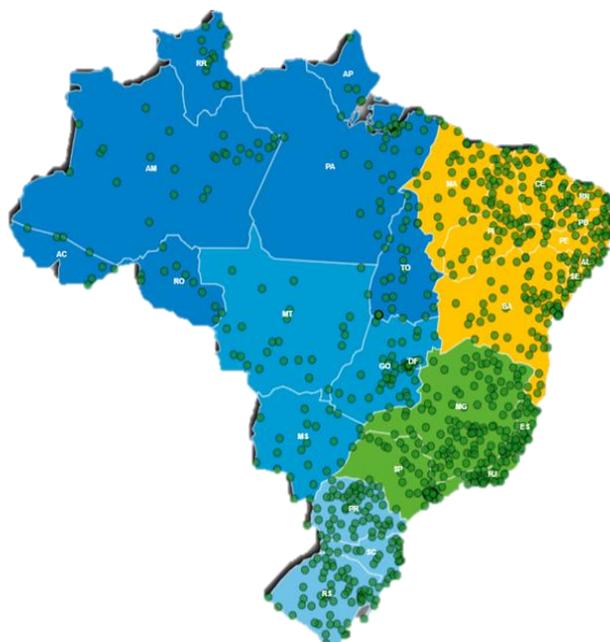
da Educação (MEC), no ano de 2022, a UAB conta com 937 polos distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal.

Figura 6 - Localização das instituições que oferecem cursos pela UAB



Fonte: SisUAB/CAPES, 2024

Figura 7 - Polos da UAB em cada estado do país



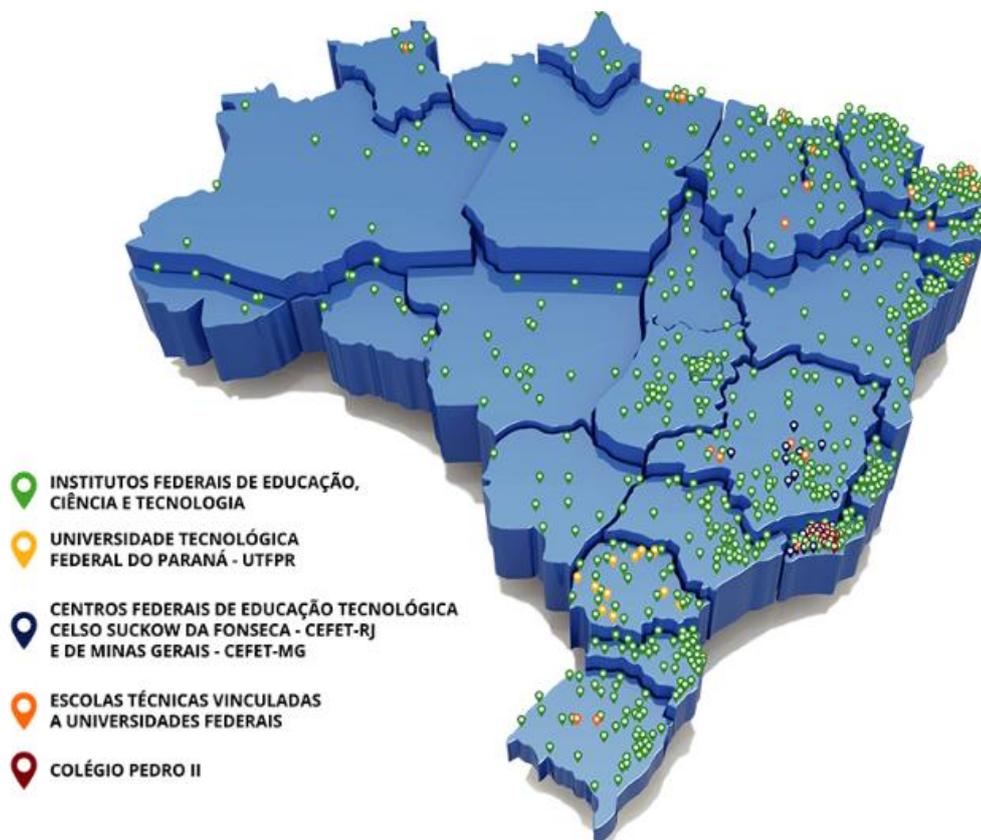
Fonte: SisUAB/CAPES, 2024

É importante frisar que o foco do Sistema UAB é contribuir com a Política Nacional de Formação de Professores induzida pelo Ministério da Educação, que tem como maior objetivo “expandir a oferta e melhorar a qualidade nos cursos de formação dos docentes” (Brasil, 2012).

Nesse contexto, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), pela [Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008](#), constituindo assim um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica (EPT) no País. Posteriormente, no ano de 2011, foi criada pelo MEC, a Rede e-Tec Brasil, por meio do [Decreto nº 7.589](#), cuja finalidade é desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País (Brasil, 2011). E, considerando o estabelecimento da Rede e-Tec na oferta de cursos na modalidade EaD, frisamos o fortalecimento desta trajetória para o alcance e cumprimento das metas 10 e 11 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), além de auxiliar no movimento de expansão e interiorização da EPT no Brasil.

Embora tenha sido encerrada em 2021, as estruturas e profissionais da EaD que foram parte da Rede e-Tec Brasil continuaram a colaborar com a EaD na RFEPCT. Esta continuidade incluiu a integração estratégica com o Sistema UAB/Capes, que desempenha um papel crucial no fortalecimento da EaD na Rede Federal nos últimos anos.

Figura 8 - Campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território nacional



Fonte: MEC, 2024

Em 2024, já existem 685 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, a dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 23 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II. Cabe destacar que a RFEPCT dispõe de diretorias, centros e núcleos de EaD e nestes, existem Coordenações Gerais da UAB, atualmente distribuídas em quase todas as instituições de ensino que integram a RFEPCT.

A expansão da RFEPCT tem sido significativamente impulsionada pela oferta diversificada de cursos gratuitos e certificados, alinhados às demandas contemporâneas por qualificação profissional e tecnológica. Essa estrutura de formação é sustentada por diretorias, centros e núcleos especializados em EaD, onde as Coordenações Gerais da UAB desempenham papel fundamental. Essas

coordenações estão presentes em quase todas as instituições integrantes da RFEPCT, facilitando a oferta nacional e em rede de cursos.

Um exemplo notável desse esforço é o Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na EPT que teve, em sua primeira oferta, onze instituições de ensino envolvidas e na segunda oferta, 25 instituições. Essas iniciativas não apenas fortalecem a formação de profissionais qualificados em todo o território nacional, mas também contribuem para a democratização do acesso à educação profissional pública e de qualidade, cumprindo as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Este compromisso com a expansão e diversificação da oferta educacional reflete o papel estratégico da RFEPCT na promoção do desenvolvimento socioeconômico do Brasil por meio da educação.

Na oferta do Curso em EaD na EPT, 42 instituições de ensino que integram simultaneamente a RFEPCT e a UAB estarão envolvidas efetivamente. A iniciativa objetiva a expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização, acesso, aperfeiçoamento dos docentes das instituições de ensino e estímulo à investigação em educação superior a distância no País.

## 2.2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA EAD

Na educação presencial, para que a aprendizagem ocorra, é necessário, basicamente, que aconteça uma relação didática entre o estudante, o professor e o conhecimento em um espaço físico qualquer e com o apoio de alguns recursos materiais. Já na EaD, a relação didática entre professor, estudante e conhecimento é intercalada por uma série de outros componentes que fazem com que o processo de ensino e aprendizagem aconteça.

Estamos nos referindo às TDIC, aos materiais didáticos, ao sistema tutorial, aos diferentes espaços de aprendizagem (mediatizados ou não por tecnologias), ao

acesso à internet, às mídias, à cultura digital e aos recursos financeiros disponíveis etc. (Will; Pereira, 2012).

É relevante mencionar que no Brasil existe legislação específica para a EaD, fundamentada principalmente nos artigos da Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), das quais derivam outros documentos oficiais que detalham critérios para regulação, avaliação e supervisão de cursos e instituições. Ao longo da história da EaD no país foram estabelecidos diversos decretos, portarias e marcos regulatórios que abrangem essa modalidade de ensino. Eles podem ser consultados no Anexo 1.

Outro fator importante a ser considerado sobre o aumento da oferta, refere-se aos dados divulgados no ano de 2022 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC) do Censo da Educação Superior, evidenciando que, nos últimos dez anos, houve o crescimento de 474% entre os anos de 2011 a 2021 no oferecimento de cursos de EaD, sobretudo pela expansão das universidades privadas e pelo contexto da pandemia de Covid-19. Esse período assinala um aumento significativo na proporção de estudantes ingressantes em cursos superiores que optaram pela modalidade a distância, passando de 18,4% para impressionantes 62,8% (BRASIL, 2022). Fato que merece a nossa atenção por requerer o fortalecimento e a atuação da rede pública de ensino para atender as demandas da modalidade. Essa mudança significativa reflete uma série de fatores interligados que têm moldado o panorama educacional brasileiro.

De modo geral, a EaD pode ser considerada, em sua dimensão teórica, como um campo específico e sistematizado de investigação e de conhecimento, ou na sua dimensão prática. Isto é, como uma prática educativa, social e diferenciada de ensinar e aprender.

É importante saber que a definição do conceito de EaD está presente no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/96 (LDB):

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Brasil, 2005).

Na legislação educacional brasileira, os fundamentos legais para a EaD têm sua base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que estabelece os parâmetros para o funcionamento da EaD, incluindo características, escopo, requisitos de credenciamento, oferta, avaliação, e outros aspectos cruciais.

## 2.3 IMPORTÂNCIA DA EAD PARA A FORMAÇÃO NA EPT

A educação a distância não é uma metodologia ou uma didática e não se resume a uma lista de tecnologias. Pelo contrário, trata-se de uma modalidade educativa e, como tal, não prescinde de características e estruturas próprias e de qualidade.

Segundo o Decreto nº 9.057/2017 (Brasil, 2017), a educação a distância é uma modalidade na qual a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, e que desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação em lugares e tempos diversos.

Entendemos que a opção pela EaD apresenta algumas características essenciais e vantagens, dentre as quais citamos a possibilidade de atender a diferenças individuais, favorecendo um enfoque construtivo e a superação das distâncias, das barreiras geográficas e das dificuldades de deslocamento.

Na EaD há maior flexibilidade quanto à organização das unidades curriculares, permitindo que os estudantes consigam administrar o seu tempo com maior autonomia, pois não podemos esquecer que nossos cursistas são trabalhadores do magistério e dividirão o tempo de trabalho com o de estudos.

Outra vantagem da EaD é poder ofertar o curso, ao mesmo tempo, em instituições de ensino participantes de todo o Brasil, realizando ações conjuntas, agregando a colaboração e a troca de experiências entre elas e contribuindo para a expansão e a interiorização das políticas de formação de profissionais para a EPT.

Entre os cursistas, teremos diferentes áreas de formação, provenientes de contextos diversos, com idade, tipos e tempos de experiência profissional variados. É tarefa essencial valorizar a diversidade e a diferença que cada um deles traz em sua bagagem pessoal e profissional e as características e condições do contexto sociocultural e educacional em que atuam.

A EaD é apontada como a forma capaz de conciliar a educação continuada com a falta de tempo e as crescentes dificuldades de um profissional estar fisicamente presente em uma sala de aula, assim, a formação a distância apresenta-se como a possibilidade de expandir a educação realizada no espaço da sala de aula, face a face, dando conta das necessidades atuais de formação contínua. Além disso, considera-se que a modalidade pode contribuir para a democratização da educação, ao oportunizar às populações muitas vezes dispersas e distantes dos grandes centros urbanos a continuidade de seus estudos.

No caso da formação continuada, a EaD constitui uma boa opção, pois possibilita a articulação entre o exercício profissional em andamento e a reflexão teórica a respeito dos fundamentos da atividade profissional. Os cursos EaD em andamento neste momento no Brasil, bem como as experiências já concluídas, nos permitem antever um quadro em que cada vez mais esta modalidade vai se estabelecendo como uma alternativa educacional, principalmente na educação de pessoas adultas, com estatuto próprio e crescente melhoria de qualidade.

## 2.4 QUALIDADE NA EAD

No âmbito da contínua expansão da educação superior no país, impulsionada pelo Ministério da Educação (MEC), a modalidade de Educação a Distância (EaD) emerge como uma importante estratégia para esse avanço. Assim, é imperativo estabelecer princípios, diretrizes e critérios que sirvam como referência de qualidade para as instituições que oferecem cursos nessa modalidade. Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância estabelecem, ainda que sem força de lei, a garantia de qualidade em diversos aspectos relacionados à EaD, incluindo credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação alinhados aos padrões de qualidade definidos pelo MEC. Dentre os pontos destacados neste referencial, merecem atenção especial:

- a) a caracterização de EaD visando instruir os sistemas de ensino;
- b) o estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância;
- c) maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos polos descentralizados de atendimento ao estudante;
- d) mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas;
- e) permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações; supervisão compartilhada; unificação de normas; padronização de procedimentos e articulação de agentes;
- f) previsão do atendimento de pessoa com deficiência;
- g) institucionalização de documento oficial com Referenciais de Qualidade 2 para a educação a distância (Brasil, 2007, p. 5).

No Brasil, a formação de profissionais das mais diversas áreas, por meio da EaD, cresceu vertiginosamente nos últimos anos. Mas, infelizmente, esse crescimento, por vezes, está vinculado à baixa qualidade formativa, à medida que instituições de ensino superior privadas viram nesse contexto uma excelente oportunidade de lucro.

Nesse cenário, garantir a qualidade das ações formativas na EaD por instituições públicas é mais do que imprescindível, de forma que se possa contribuir para com a formação individual e coletiva de profissionais e, ao mesmo tempo, colaborar com o fortalecimento da EaD, não em detrimento da modalidade presencial, mas como suplementar ou para quando esta não se fizer viável ou acessível.

Apesar de sua popularidade crescente e dos avanços tecnológicos que a impulsionam, a EaD ainda enfrenta desafios para se consolidar como uma modalidade educativa com o mesmo reconhecimento da educação presencial. Os principais motivos relacionados à percepção de menor credibilidade da EaD podem estar relacionados:

a) ao desconhecimento sobre as metodologias e recursos possíveis de serem utilizados;

b) a uma visão tradicional de educação que acredita que a melhor forma de ensinar e aprender está vinculada ao contato presencial, em sala de aula, entre um professor falante e estudantes ouvintes;

c) à desigualdade no acesso e na oferta da modalidade em diferentes instituições, públicas e privadas; e

d) a uma regulamentação considerada ainda incipiente por especialistas da área no Brasil, o que pode gerar brechas na qualidade dos cursos e na avaliação das aprendizagens.

Assim, as instituições públicas precisam demonstrar que as ações que vêm realizando nessa modalidade têm a mesma qualidade das ações na modalidade presencial. A educação a distância não pode ser vista como sendo apenas uma complementação ou uma substituição empobrecida da educação presencial, assim, é preciso cautela, evitando o sofisma em relação à educação a distância: a sua adoção não é mais barata porque o seu custo, deve ser calculado igual ao custo da educação presencial de qualidade; a EaD não é mais ágil nem mais lenta, não é mais nem menos eficaz. Cada formação deve ser avaliada a partir do seu projeto pedagógico e dos resultados de aprendizagem que apresenta e não necessariamente por ter sido ofertada por uma modalidade ou por outra.

Outro erro que não se pode cometer quando se adota a educação a distância como modalidade é esquecer de considerar o contexto no qual os cursistas estão inseridos.

Afinal, quando o conhecimento é dissociado da realidade dos cursistas, estes passam a fracassar na resolução de problemas, simplesmente porque as ideias foram aprendidas em contextos que não fazem parte da sua realidade, e deste modo têm dificuldades de atribuir sentido às informações e de aplicá-las a diferentes situações. A construção do conhecimento é estimulada quando o aluno tem oportunidade de interagir e cooperar, coordenar pontos de vista com outros colegas e relacionar os dados ao seu contexto (Cerny, 2009).

Dada a complexidade e a necessidade de uma abordagem sistêmica, a qualidade na EaD deve abranger categorias analíticas, elementos e princípios fundamentais que precisam ser contemplados em cursos a distância tomando por base alguns eixos que subsidiam a efetiva consecução desses cursos, como: eixo pedagógico, administrativo e de infraestrutura. Para garantir a qualidade das práticas educativas do curso, esses eixos devem guiar as fases de elaboração/planejamento, estruturação e avaliação (Anjos; Alonso, 2018).

Figura 9 - Eixos e categorias analíticas fundamentais para a qualidade na EaD



Fonte: Elaborada pelas autoras

Ainda que o desdobramento de cada um dos elementos dos eixos precise ser evidenciado, é importante saber que não existe padronização na Educação a Distância! Embora a modalidade possua características específicas em termos de linguagem, formato e exigências administrativas, de desenho, lógica, acompanhamento, avaliação e recursos técnicos, tecnológicos e de infraestrutura, esses elementos só se tornam relevantes dentro do contexto de uma discussão

política e pedagógica sobre a ação educativa. Assim, no que concerne a EaD crítica e contextualizada presente na Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica,

Requer o estabelecimento de políticas que ensejem a inclusão digital, que contemplem as necessárias atividades práticas e que, na contraface dos processos de precarização, levem à valorização do trabalho humano. Ainda mais, é preciso considerar o contexto mais amplo em que se circunscreve a EaD, pois sua realidade técnica é parte da realidade social, nos quadros da qual o processo técnico se constitui e se desenvolve fazendo mediações. Igualmente, é necessário levar em conta como os objetos técnicos envolvidos na digitalização do trabalho humano, inclusive das atividades na EPT, vem se inserindo e se concretizando de diferentes maneiras (Brasil, 2024, p. 35).

O desafio é buscar formas mais participativas e interativas de aprendizagem, oferecendo recursos e atividades que permitam e incentivem a interação, a colaboração e a autonomia dos cursistas. O planejamento do curso a distância deve ter como um de seus pontos centrais a valorização do contexto social no qual as aprendizagens ocorrem: colaboração, interatividade, dialogicidade, autonomia e diversidade são alguns dos princípios que fazem parte de um ideário qualitativo para a EaD. Nesses termos,

O curso propõe-se incentivar a criação de práticas pedagógicas a distância voltadas à superação do neotecnicismo, com currículos e processos pedagógicos pautados nos princípios da formação humana integral, do trabalho como princípio educativo, da prática social como produtora de conhecimentos, da indissociabilidade entre todas as dimensões do processo educativo e dos educandos como produtores de conhecimento. (PPC, 2024, p. 19).

Quando falamos em qualidade, falamos de qualidade socialmente referenciada, qualidade que se afasta do enfoque utilitarista, que não solidifica a lógica empresarial nas práticas e resultados educacionais e, nesse processo, as diretrizes da gestão democrática são essenciais. Compreendemos que a gestão democrática pode propiciar o diálogo entre os diferentes sujeitos que colaboram na formação educacional, favorecendo a construção de uma visão consensual e contextualizada da qualidade socialmente referenciada (Paro, 2006).

Ao concordarmos com as ações e práticas que incluem os preceitos da qualidade socialmente referenciada, obteremos resultados expressivos e avançaremos nos objetivos de formação na EPT, criando conexões com o cotidiano e transformando o Curso em uma comunidade viva de investigação, pesquisa e de comunicação.

## 2.5 GESTÃO NA EAD

O surgimento desta nova cultura social, econômica e tecnológica está causando mudanças significativas na esfera educacional. As alterações no mundo do trabalho e na Educação demandam planejamento estratégico, profissionais competentes para lidar com tecnologias e inovações, além de habilidades na gestão de novos métodos de ensino e aprendizagem. Esta transição também requer uma reestruturação dos currículos, dos modelos de gestão e das abordagens de avaliação. Assim, emerge um novo perfil de profissional nos contextos educacionais, caracterizado por sua criatividade e interatividade.

Entretanto, para atender às exigências da contemporaneidade, são necessários programas educacionais, currículos e metodologias adequadas. A sociedade em rede está remodelando os aspectos sociais e culturais, exigindo inovação nas organizações e flexibilidade na oferta de produtos e serviços educacionais para atender às demandas globais emergentes.

A experiência acumulada na área da educação a distância permite afirmar três pontos fundamentais para o funcionamento da modalidade, que são:

- 1) uma relação de gestão institucional estreita e constante com os alunos, 2) a organização dos conteúdos concebida em função das necessidades de aprendizagem e de autonomia dos estudantes e não apenas do ensino e 3) um acompanhamento pedagógico permanente dos estudantes (Cerny, 2009, p. 69).

Tais ações não podem ser realizadas de forma improvisada, exigem planejamento e medidas como: previsão de demanda e oferta, avaliação de impactos, definição de

modelos, desenvolvimento de abordagens pedagógicas críticas e coerentes, produção e/ou organização de conteúdos encadeados com o previsto no PPC.

Os cursos são oferecidos utilizando os polos de apoio presencial da UAB, cujas equipes são constituídas, conforme as regulamentações ministeriais, entre outras normativas aplicáveis (ver Anexo 1 - Atos administrativos que regulamentam a EaD). Os polos de apoio presencial da UAB são estruturas acadêmicas destinadas a fornecer suporte pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de EaD sob responsabilidade das IES. Para garantir a infraestrutura necessária nos polos UAB envolvidos na oferta deste curso, as IES disponibilizam computadores, conexão à internet banda larga e outros recursos essenciais como datashow e equipamentos para videoconferências. O suporte nos polos UAB inclui o fornecimento de espaço e infraestrutura para uso dos participantes, bem como a realização dos encontros presenciais conforme planejado pela IES (PPC, 2024, p. 73).

Figura 10 - Pressupostos da Gestão na EaD



Fonte: Elaborada pelas autoras

O sucesso de um projeto de educação a distância perpassa por alguns níveis e dimensões da gestão:

- conhecimento e socialização das mudanças em curso;
- atendimento à legislação vigente;
- proposta curricular em sincronia com a sociedade da informação e do conhecimento;
- criatividade e criticidade pedagógica e tecnológica;
- rede de cooperação e de intercâmbio para estudantes e professores compartilharem com outras instituições;
- gestão descentralizada que preza pelo processo ágil de tomada de decisões;
- prática e incentivo à pesquisa;
- disponibilização de serviços educacionais qualitativos;
- postura inovadora dos gestores e colaboradores;
- disponibilização de serviços educacionais de forma eletrônica;
- execução eficaz dos processos e serviços;
- avaliação institucional como ferramenta de tomada de decisão das ações das diferentes áreas dos processos e serviços da educação on-line (Sartori; Roesler, 2008).

No entanto, esses não são os únicos aspectos a serem considerados! Para que se tenha uma EaD bem gerida e de qualidade, é preciso ter uma equipe de especialistas que trabalhem de forma integrada, desde a etapa do planejamento até a avaliação.

A educação profissional e tecnológica requer de seus/suas gestores/as, docentes, servidores/as e funcionários/as a sensibilidade para considerar as implicações e interdependências das ofertas com relação a cada macroambiente, o social, o político-legal, o econômico, o cultural, o demográfico, o tecnológico, o ecológico; e com os microambientes que a constituem e que são representados pelos integrantes de sua comunidade interna. Os/as profissionais da EPT precisam, igualmente, considerar os cenários atuais e futuros que impactam ou poderão impactar a educação profissional e tecnológica, as hipóteses e as alternativas que podem orientar as decisões (Brasil, 2024, p. 38).

A gestão na EaD desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade, eficiência e inovação dos processos educacionais. Os gestores desempenham um papel crucial na orientação estratégica, na promoção da colaboração entre equipes multidisciplinares e na criação de ambientes propícios ao aprendizado.

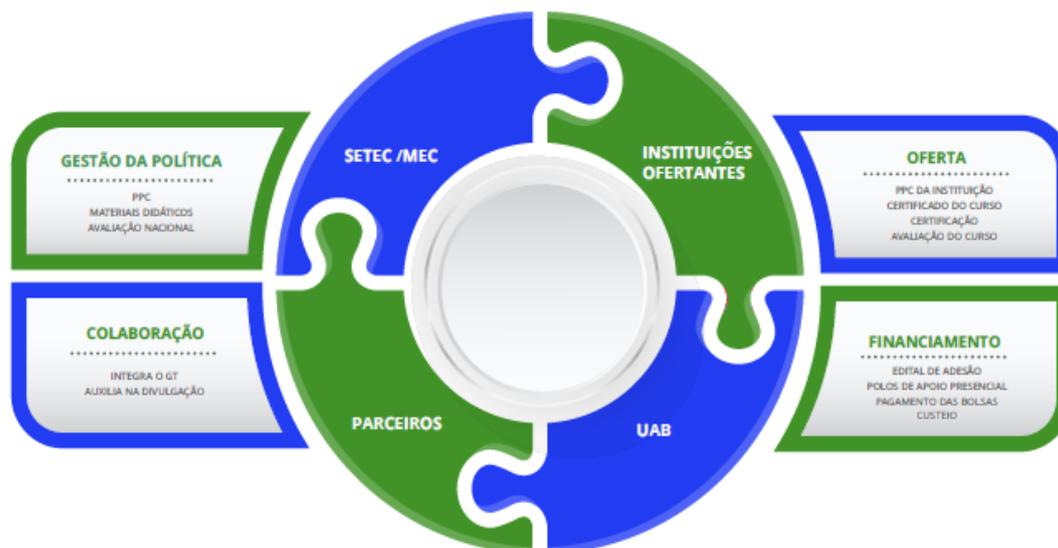
### 3. AS EQUIPES DO CURSO

Neste tópico estão apresentadas as atribuições da Rede de Formação constituída para a oferta do Curso de Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Participam desta rede a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), as instituições de ensino participantes da oferta e certificadoras do Curso que integram simultaneamente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), bem como outras redes públicas. Também, são sugeridos critérios de seleção das equipes locais e a formação técnica e pedagógica das mesmas.

#### 3.1 A REDE DE FORMAÇÃO NA EPT

Para a consecução da política de formação na EPT, está sendo constituída uma rede nacional de instituições que integram simultaneamente a RFEPCT, a UAB/Capes e os sistemas públicos de ensino, com responsabilidades compartilhadas. Inicialmente, essa rede foi constituída por meio da oferta do Curso Docência na EPT e, em seguida, essa rede será interligada com outras redes por meio da oferta dos Cursos de Gestão na EPT e Educação a Distância na EPT. Importante destacar que a organização curricular destes cursos parte do mesmo núcleo comum. Essa articulação tem a intenção de contribuir para dar mais organicidade às políticas de formação de profissionais para a EPT. A rede está assim organizada:

Figura 11 - Instituições que formam a rede nacional de formação para o Curso



Fonte: Elaborada pelas autoras

A parceria entre as instituições é fundamental para o sucesso do Curso. Cada uma assume funções próprias, mas interdependentes. As responsabilidades estão assim organizadas:

- 1) **Setec/MEC** - Proposição da política de formação e efetivação da gestão; concepção do PPC nacional; materiais pedagógicos dos cursos; articulação institucional; monitoramento e avaliação, em parceria com a Capes; coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional Nacional (GTIN) para o acompanhamento dos cursos de formação *lato sensu* da EPT.
- 2) **UAB/Capes** - A instituição assegura a viabilidade legal e financeira para os projetos de educação a distância, por meio do lançamento do edital para a oferta, da definição das regulações (decretos, portarias, instrução normativa etc.), da concessão de bolsas, da liberação dos recursos de custeio e da disponibilização da rede de polos de apoio presencial (Veja mais informações no Tópico 2).
- 3) **Instituições ofertantes** - responsáveis pela oferta do Curso, desde a aprovação do PPC na instituição local (a partir do PPC nacional) até a certificação dos cursistas. Sugerimos a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional Local

(GTIL), visando à parceria entre instituições do mesmo estado, procurando garantir de forma equânime a oferta de vagas.

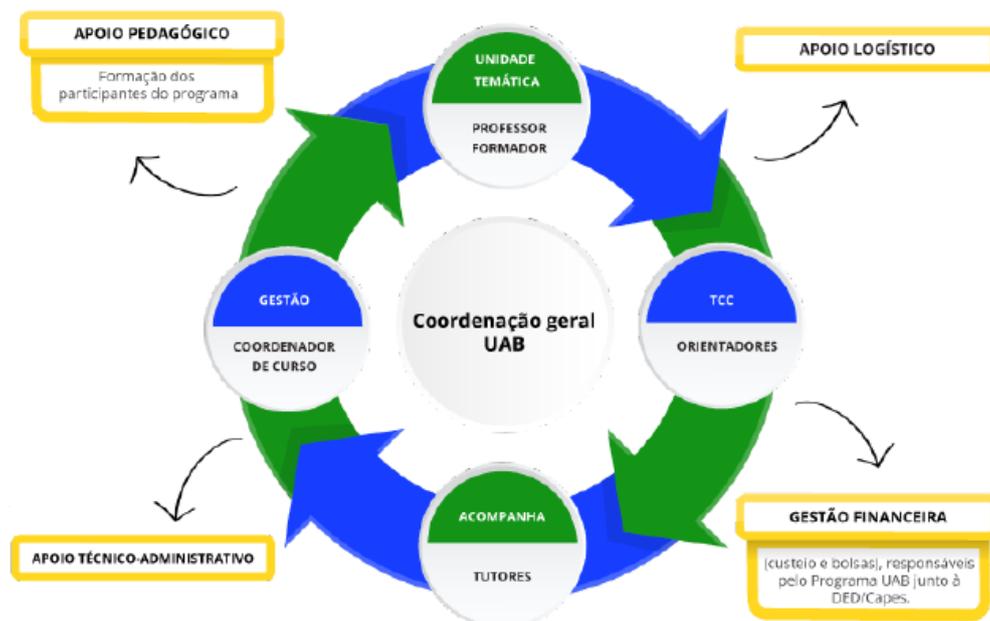
- 4) Instituições parceiras** - participam do GTIN junto à Setec/MEC, inicialmente integrado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf) e Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed).

No nível estadual integram o Grupo de Trabalho Interinstitucional Local (GTIL) a Coordenação Geral UAB, Coordenação de Curso, articulador institucional da formação na EPT das Secretarias de Estado da Educação (Seduc) e as instituições que integram a Rede Federal de EPT do estado.

### 3.2 CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES DE IMPLEMENTAÇÃO

A equipe de implementação e oferta do Curso é assim constituída:

Figura 12 - Equipe de implementação do Curso



Fonte: Elaborado pelas autoras

### 3.2.1 Coordenador de Curso

É um profissional essencial para o bom funcionamento do curso. Ele atua como um maestro, regendo diversas áreas e garantindo que tudo funcione de forma harmoniosa e eficiente. Suas funções são abrangentes e englobam atividades políticas, pedagógicas, administrativas, tecnológicas e de gestão de pessoas. É responsável por:

- a) elaborar, tramitar institucionalmente, implementar e avaliar o PPC;
- b) planejar e supervisionar as ações administrativas, pedagógicas e acadêmicas;
- c) planejar e organizar reuniões periódicas com os profissionais da equipe, objetivando atendimento às expectativas pedagógicas e administrativas do curso;
- d) organizar todas as atividades do curso, desde a divulgação até a entrega dos certificados;
- e) definir cronogramas e acompanhar o andamento das atividades;
- f) colaborar com a elaboração dos editais para seleção das equipes, de acordo com as legislações vigentes;
- g) coordenar o trabalho da equipe administrativa (secretaria), garantindo que todas as tarefas sejam realizadas;
- h) coordenar o colegiado do curso;
- i) coordenar, em conjunto com o coordenador UAB, o Grupo de Trabalho interinstitucional local, realizando encontros periódicos;
- j) participar das reuniões convocadas pela Setec/MEC;
- k) atuar em parceria com o núcleo UAB da sua instituição;
- l) planejar, coletivamente e acompanhar os processos formativos das equipes;
- m) indicar, periodicamente, os bolsistas elegíveis à concessão de bolsas do programa;
- n) participar da definição e executar o projeto de avaliação do curso;

- o) coordenar os eventos da aula inaugural e encerramento do curso (defesas/avaliação dos TCCs);
- p) articular-se com os gestores da instituição sempre que necessário;
- q) acompanhar a aplicação financeira dos recursos liberados para o desenvolvimento e oferta dos cursos; e
- r) acompanhar os indicadores de evasão dos cursos, acordando com a coordenação geral da UAB, medidas de intervenção para saneamento em casos em que se constata que há alta taxa de evasão.
- s) atualizar ou acompanhar, caso seja uma ação descentralizada para a secretaria do curso, a atualização semestral do Sistema de Informação do Programa UAB, o SisUAB, que deve refletir periodicamente, a trajetória acadêmica dos estudantes quanto às suas matrículas nos semestres vigentes.

É importante ter um trabalho próximo ao colegiado do curso, compartilhando a tomada de decisão e promovendo uma gestão democrática.

### 3.2.2 Secretarias de curso

As secretarias de curso são fundamentais para auxiliar a coordenação na gestão das atividades administrativo-acadêmicas. Deve ser uma contrapartida de cada instituição. Entre outras atribuições, são responsáveis por:

- a) gerenciar o processo de matrículas, desde a inscrição até a efetivação do aluno no curso;
- b) controlar o registro de alunos, incluindo dados pessoais, históricos escolares e informações de contato;
- c) emitir documentos, como certificados de matrícula e históricos escolares;
- d) inserir os dados no sistema acadêmico;
- e) acompanhar a emissão dos diplomas; e

- f) atuar em parceria com o coordenador do curso, nos processos administrativos necessários ao bom andamento do curso.
- g) atualizar semestralmente o Sistema de Informação do Programa UAB, o SisUAB, que deve refletir periodicamente, a trajetória acadêmica dos estudantes quanto às suas matrículas nos semestres vigentes e após conclusão da oferta, indicar os formados.

### 3.2.3 Coordenação Geral UAB

A coordenação Geral UAB da instituição faz a gestão das atividades administrativas e financeiras, envolvendo atribuições como:

- a) Responsável pelo Programa UAB junto à Capes, sendo responsável pelo bom andamento dos cursos UAB.
- b) responsável por comunicar à Capes demandas das coordenações dos cursos, assim como transmitir comunicados da Capes aos coordenadores dos cursos;
- c) responsável pela articulação interna no âmbito institucional para submissão de proposta de cursos nos editais UAB;
- d) responsável por atuar no desenvolvimento da política e planos institucionais para a modalidade EaD da instituição, sobretudo com foco na interiorização da oferta pública da educação superior e desenvolvimento profissional dos docentes e demais profissionais atuantes na EaD;
- e) responsável por acompanhar as políticas de formação de professores e demais profissionais da educação básica e suas modalidades;
- a) responsável pela gestão financeira dos recursos de custeio, bolsas e capital, este último quando houver;
- b) responsável pelo desenvolvimento de programas de capacitação dos docentes e demais profissionais que atuam nos cursos ofertados pelo Programa UAB por meio de programas de formação para EaD;
- c) responsáveis por propor ações/intervenções junto aos coordenadores de cursos para acompanhamento do andamento das ofertas objetivando ampliação do

- número de formados nos cursos, e em caso de indicadores altos de evasão, propor medidas saneadoras para melhoria de tais indicadores;
- d) responsáveis pelo apoio administrativo aos coordenadores de cursos para gestão do Sistema de Informação do Programa UAB, o SisUAB;
  - e) responsáveis pelo acompanhamento dos resultados de monitoramento de polos UAB promovidos pela Capes e providências quando necessário substituição de polos com pendências a serem saneadas;
  - f) a participação em grupos de trabalho instituídos pela UAB e no âmbito das Instituições parceiras;
  - g) o encaminhamento para a UAB/Capes de relatórios semestrais de acompanhamento e avaliação das atividades dos cursos e de indicadores de evasão;
  - h) elaborar o Plano de Trabalho (financeiro) para ser enviado à Capes/UAB;
  - i) o cadastramento e controle de pagamento dos bolsistas;
  - j) o acompanhamento da aplicação financeira e a prestação de contas dos recursos liberados pela Capes para o desenvolvimento e oferta dos cursos;
  - k) a coordenação da equipe multidisciplinar e de apoio tecnológico, quando houver;
  - e
  - l) interlocução com coordenadores dos polos presenciais.

### 3.2.3.1 Equipe multidisciplinar

É constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Atuam auxiliando nos procedimentos teóricos-metodológicos utilizados pelos docentes, sugerindo ferramentas, metodologias e recursos, assim como orientações didático-pedagógicas que colaborem para o desenvolvimento da disciplina a ser ofertada.

A equipe multidisciplinar atua de modo integrado no desenvolvimento e tratamento pedagógico dos recursos educacionais. Deve ser uma contrapartida de cada instituição.

### 3.2.3.2 Equipe de apoio tecnológico

Integrada por profissionais de tecnologia, dão todo suporte para o funcionamento e adequação das tecnologias para as necessidades do curso.

### 3.2.4 Professores Formadores e Tutores

Professores Formadores e tutores integram o Sistema de Acompanhamento ao Estudante, que é responsável pelas ações didáticas e pedagógicas que possibilitam o permanente diálogo com o cursista e garantem a operacionalização do processo de ensinar e aprender.

Antes de acompanhar o detalhamento do Sistema de Acompanhamento ao Estudante do Curso, vamos refletir um pouco sobre as especificidades e características da docência na EaD e no Curso.

#### 3.2.4.1 A docência na EaD e no Curso

A docência, no modelo de educação a distância desenvolvido para o Curso, não é exercida por um único professor, mas por uma equipe, que tem como objetivo principal avaliar e reorientar as estratégias de ensino e favorecer a aprendizagem dos cursistas. Professores Formadores e tutores formam uma equipe docente que, de forma coletiva, se responsabilizam pela atuação pedagógica necessária ao desenvolvimento das diferentes etapas do curso na modalidade a distância. Esta equipe tem como responsabilidade avaliar e reorientar as estratégias de ensino e favorecer a aprendizagem dos cursistas, atuando, ainda, no planejamento, operacionalização e avaliação da aprendizagem (Cerny, 2009).

Na EaD facilmente ouvimos que a diferença, para termos cursos de qualidade, está no bom uso que se faz das tecnologias. Não desconsideramos essa premissa, mas destacamos que a potência de um curso está nas pessoas, elas é que contribuem fortemente para o sucesso de um curso. E, em se tratando de uma formação para educação a distância, ancorada na perspectiva sócio-histórica, especial relevância

adquire a vivência que os cursistas irão experienciar com seus professores. Os processos de formação pedagógica dos docentes têm a função de propiciar a reflexão e conseqüente reelaboração da prática desenvolvida no cotidiano, pois a percepção própria e individual é um processo moroso e pode não acontecer individualmente. A formação induz a reflexão para a mudança das práticas pedagógicas e possibilita que os docentes atuem com mais segurança.

Tendo como ancoragem a perspectiva sócio-histórica é necessário um olhar diferenciado para o **currículo**, para o **conteúdo** e para a **avaliação**, assumindo que o conhecimento é produzido coletivamente pelos seres humanos, em sua relação com a natureza e com seus pares.

A premissa fundamental do Curso é a aproximação e associação da educação a distância na Educação Profissional e Tecnológica, independentemente das diferentes formas e dos conteúdos curriculares que lhes dão especificidades. Ganha relevância, portanto, a atuação da equipe docente como primordial para a condução com sucesso do processo de ensino e aprendizagem. (PPC, 2024).

A EPT, como prática social que é, reflete condutas e significados que precisam ser problematizados. Assim, cabe à equipe docente (PPC, 2024):

- **estimular o exercício da análise crítica** e convidar os cursistas a desmistificar preceitos e modos de agir; a identificar problemas e desafios;
- **incentivar a reflexão crítica**, considerando contextos, sobre quem são os beneficiados e os prejudicados por determinadas decisões e medidas, por quais motivos algo se tornou um problema e quais os alcances e os limites das respostas com vistas a solucioná-lo;
- **desenvolver a problematização** com seus estudantes por meio da identificação de problemas da prática social ou da realidade em que vivem, que tenham relevância social e relações com aqueles que se manifestam na formação humana em suas diferentes fases etárias e contextos culturais;

- **ir além da problematização**, por meio da oferta dos instrumentos para que os cursistas possam identificar e penetrar, com toda a radicalidade possível, na realidade em que vivem e atuam, nas questões científicas e tecnológicas relevantes, que afetam a sociedade, o trabalho humano e a educação brasileira;
- fornecer aos cursistas estratégias para que possam se apropriar de conhecimentos e de abordagens fundamentais ao relacionamento do particular e do universal, da estrutura e da conjuntura, da parte e do todo como **elementos da totalidade histórica**; e
- possibilitar aos cursistas que possam se apropriar de instrumentos que lhes possibilitem **adotar um posicionamento crítico** em relação aos problemas identificados, o que significa realizar contrapontos com respeito às concepções de educação profissional e tecnológica provenientes do pragmatismo, do idealismo e do senso comum.

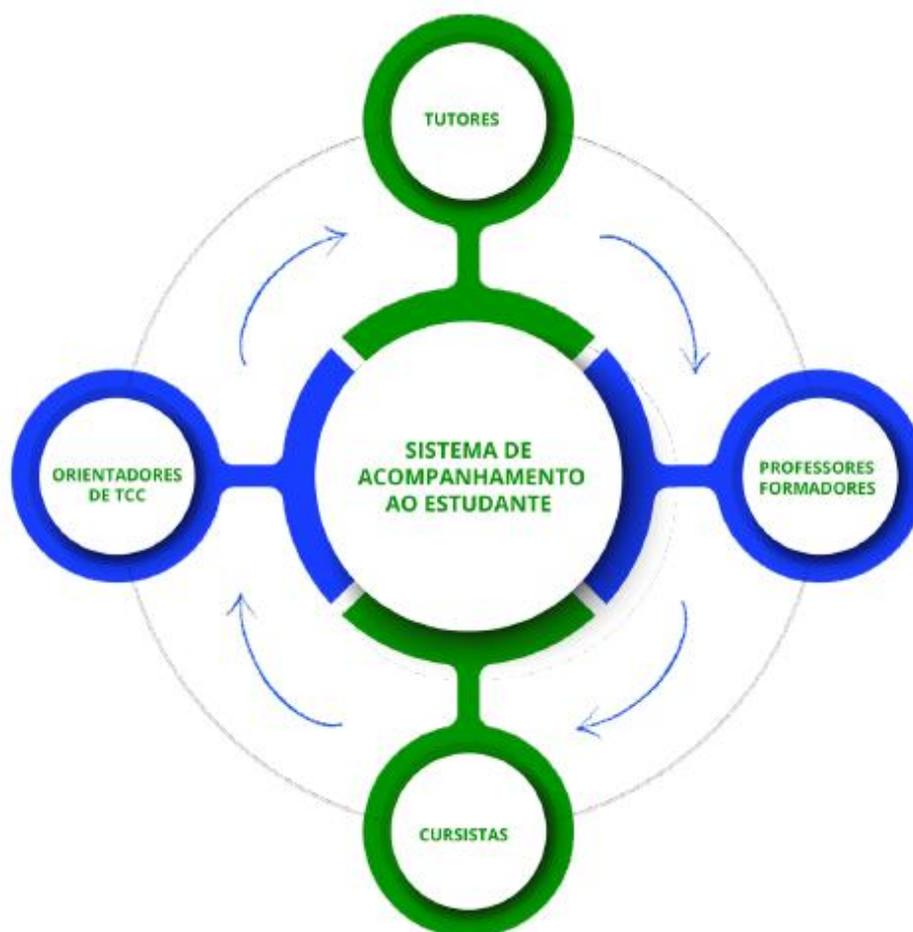
Outro aspecto que deve ser cuidadosamente pensado diz respeito à mediação pedagógica, com vistas a promover a *interação*, tanto quanto o acompanhamento dos cursistas.

O fato de a formação ser realizada a distância, a opção por estratégias de acompanhamento e recursos que permitam aos cursistas situações de *interação* entre si e com a Equipe Docente é fundamental, pois o ensino se dá, em grande medida, por intermédio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O AVA, dotado de recursos digitais e interativos, proporciona: organizar situações de aprendizagem significativas, por meio de atividades que aliem a teoria à prática; disponibilizar materiais complementares, em diferentes mídias e linguagens, e o acesso a uma equipe docente que atue como mediadora do processo de aprendizagem dos cursistas, incentivando não só a busca por informações, mas também as trocas entre os participantes, o pensamento reflexivo e a formalização de conceitos. Ademais, para favorecer a *construção de saberes*, é necessário propiciar aos cursistas situações que incentivem o diálogo, a troca, o compartilhamento de experiências. Enfim, criar meios para que o *encontro* (Ponzio, 2010) se efetive, quer seja por meio de atividades rotineiras, quer seja por intermédio do processo das atividades propostas no curso.

Ressalta-se, ainda, que as estratégias de acompanhamento poderão ser ajustadas no decorrer do Curso, com base na avaliação longitudinal do processo, por meio da qual se observa o desempenho e as necessidades dos cursistas.

O Sistema de Acompanhamento do Curso é composto por um corpo docente constituído por professores formadores, professores orientadores e tutores.

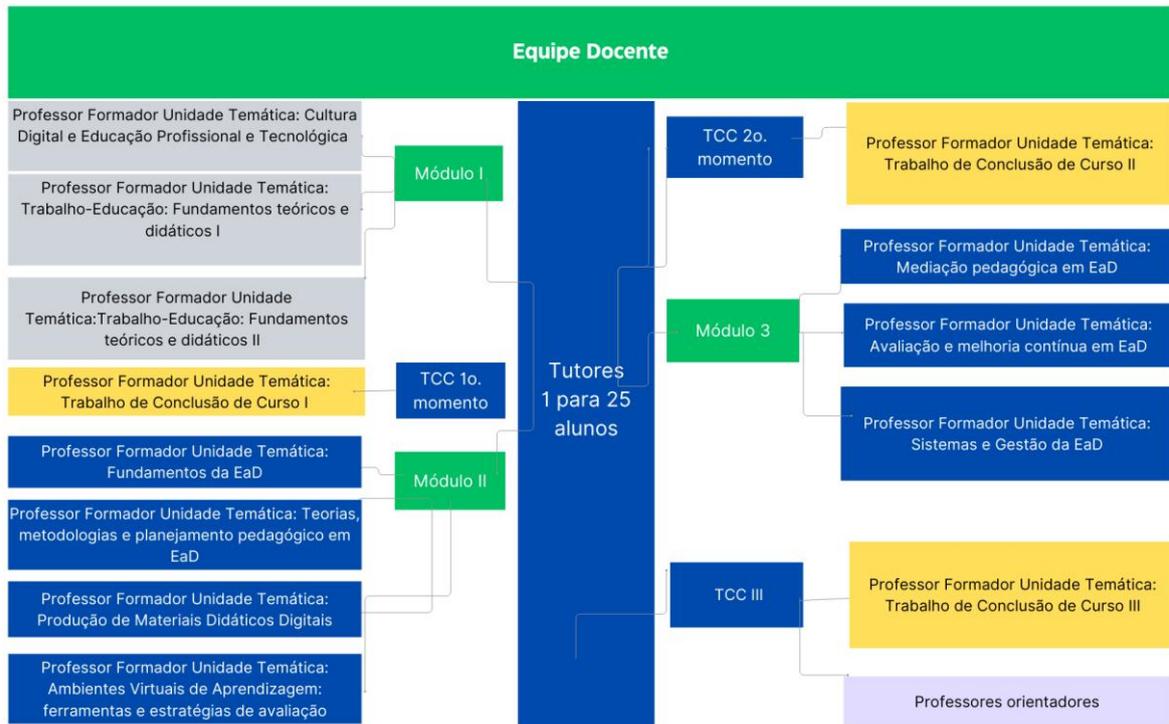
Figura 13 - Sistema de Acompanhamento ao Estudante



Fonte: Elaborado pelas autoras

Observe na figura a seguir como se organiza o Sistema de Acompanhamento do Curso.

Figura 14 - Organização do Sistema de Acompanhamento



Fonte: Elaborada pelas autoras

Acompanhe a seguir, com mais detalhes, as atividades a serem desenvolvidas por cada um dos profissionais.

### 3.2.4.2 Professor formador

É o responsável pelo planejamento e desenvolvimento da unidade temática junto com os/as tutores/as. Também, é responsável pela formação e acompanhamento da tutoria.

- planeja a unidade temática, por meio de um plano de ensino;
- acompanha, em conjunto com os tutores, o processo de aprendizagem dos alunos;
- estrutura a sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem;
- propõe as atividades de avaliação, a partir das sugeridas nos materiais didáticos das unidades temáticas;

- e) organiza os *feedbacks* para as atividades de avaliação;
- f) propõe temáticas de discussão no fórum;
- g) realiza a aula de abertura do módulo/unidade temática;
- h) realiza a formação dos tutores para a unidade temática;
- i) realiza reuniões constantes de orientação com os/as tutores/as para discussão dos conteúdos e das estratégias didático-pedagógicas;
- j) propõe materiais didáticos complementares, se necessário;
- k) participa de reuniões pedagógicas de avaliação do curso;
- l) participa dos eventos do curso, como aula inaugural e encerramento.

Sugerimos que o professor formador seja o mesmo para as três unidades temáticas de TCC, estando, assim, vinculado ao curso durante todo o processo formativo e se responsabilizando pela formação dos tutores e dos orientadores de TCC, visando dar unidade pedagógica a esse componente curricular.

### 3.2.4.3 Professor orientador de TCC

O professor orientador de TCC é responsável pela consolidação e acompanhamento da escrita do Relatório de Formação, no início do Módulo 3 até a defesa/avaliação do mesmo.

Em um curso de especialização a distância, o orientador de TCC assume um papel fundamental no acompanhamento e na condução do estudante durante a elaboração desse trabalho. Apesar da distância física, o orientador deve garantir a qualidade do TCC e auxiliar o cursista no processo de escrita até a defesa final. Tem como atribuições:

- a) aprovação do tema e da metodologia: avaliar a pertinência do tema escolhido pelo cursista, bem como a metodologia de pesquisa que será utilizada. Isso garante

que o TCC esteja dentro do escopo do curso de especialização e que o tema seja viável de ser desenvolvido;

- b) orientação individualizada: oferecer ao cursista um acompanhamento individualizado, através de reuniões virtuais, e-mails, fóruns de discussão e outras ferramentas on-line. Nestas reuniões, o orientador discute o andamento do TCC, fornece feedback sobre as etapas do trabalho e tira dúvidas do aluno;
- c) orientação em grupo: organizar reuniões entre o grupo de orientandos auxilia na troca, inspiração para novas ideias e traz segurança aos orientandos. Nessas reuniões podem ser realizadas discussões de textos, socializar referências com temas comuns aos orientandos;
- d) acompanhamento do cronograma: auxiliar o cursista na definição de um cronograma para a realização do TCC e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas. Isso ajuda o cursista a se manter organizado e a concluir o trabalho dentro do prazo;
- e) revisão do TCC: revisar o TCC em suas diferentes etapas, até a versão final do trabalho. Ele verifica se o TCC está de acordo com as normas da ABNT, se a metodologia está sendo aplicada corretamente e se a escrita é clara e concisa; e
- f) preparação para a defesa: orientar o cursista na preparação para a defesa do TCC, auxiliando-o na elaboração da apresentação e na simulação da defesa. Isso ajuda o cursista a se sentir mais confiante e preparado para apresentar seu trabalho.

O orientador de TCC vai enfrentar desafios durante o processo de orientação, dentre os quais destacamos: a falta de contato presencial que pode dificultar a comunicação com o cursista e a criação de um vínculo de confiança; manter a motivação do cursista, pois a distância pode dificultar a sua autonomia; as dificuldades técnicas para manter a comunicação, então é importante eleger ferramentas de comunicação on-line que ambos utilizem eficazmente.

Veja mais informações sobre o TCC no Tópico 1.6.

### 3.2.4.3 Tutores

São profissionais fundamentais para o sucesso da aprendizagem, atuando como mediadores entre o conteúdo programático e o cursista, além de auxiliar na organização e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. Suas funções são diversas e abrangentes, com o objetivo principal de garantir que os cursistas alcancem seus objetivos de aprendizado da melhor forma possível. São responsáveis pelo acompanhamento pedagógico dos(as) cursistas ao longo de todo o curso e assim tornam-se a sua referência principal.

É imprescindível que participem do processo formativo junto aos professores formadores. Sua atribuição está centralizada nos processos de ensino e aprendizagem, portanto, devem conhecer profundamente o material didático de cada unidade temática e deverão estar em articulação direta com os professores formadores, sobretudo, no que se refere a dúvidas e dificuldades que poderão emergir ao longo do processo formativo.

Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas os tutores estão divididos em turmas, com 25 cursistas em cada uma delas. Entre suas atividades, incluem-se:

- a) acompanhar os cursistas e orientá-los no que couber durante o período de Curso;
- b) auxiliar o cursista na compreensão dos objetivos do Curso, de sua estruturação e da metodologia de Educação a Distância (EaD);
- c) acessar diariamente o ambiente virtual, mantendo interação com os cursistas;
- d) motivar a participação do cursista durante todo o curso, enfatizando a sua autonomia e a responsabilidade no processo de aprendizagem colaborativa;
- e) orientar os cursistas na utilização das tecnologias de informação e comunicação utilizadas no Curso;
- f) orientar, acompanhar, subsidiar e avaliar as atividades e a frequência dos cursistas, garantindo uma comunicação periódica com eles, retornando as atividades a partir de avaliação qualitativa e comunicando-os à respeito de sua frequência;

- g) orientar, acompanhar e mediar discussões nos fóruns de conteúdo da sua turma;
- h) acompanhar, corrigir, lançar as notas e menções das tarefas dos cursistas;
- i) articular-se com o professor-formador e coordenadores do Curso, estando presentes na formação inicial e nas formações continuadas, espaço destinado ao desenvolvimento de discussões a respeito das unidades temáticas, das atividades e fóruns, do Trabalho de Conclusão de Curso e de quaisquer outras questões referentes ao trabalho pedagógico de acompanhamento do cursista;
- j) comunicar-se semanalmente com os professores formadores, a fim de garantir o compartilhamento de questões pedagógicas referentes a turma;
- k) comunicar-se semanalmente com os outros tutores a respeito dos cursistas, a fim de garantir o compartilhamento de questões pedagógicas referentes ao curso;
- l) acompanhar os professores formadores nos momentos síncronos;
- m) realizar acompanhamento da frequência de acesso do cursista no AVA e quando necessário entrar em contato direto com ele a fim de possibilitar sua permanência no Curso, evitando a evasão;
- n) manter os dados de contato dos estudantes atualizados; e
- o) participar dos processos formativos nacionais e locais.

### 3.2.5 O estudante na EaD e no Curso

O perfil do estudante da educação a distância no ensino superior brasileiro é heterogêneo e apresenta características que o diferenciam do estudante da modalidade presencial. Historicamente, os estudantes da EaD são adultos com idades entre 25 e 40 anos, que buscam conciliar os estudos com suas responsabilidades profissionais e pessoais. Porém, segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2022 (Brasil/Inep, 2023), nos últimos anos, a faixa etária do estudante da EaD vem diminuindo, o que revela que a modalidade tem sido a escolha de cada vez mais jovens recém concluintes do ensino médio.

A principal motivação para a escolha da EaD é a flexibilidade de horários, a acessibilidade financeira e a possibilidade de estudar em qualquer lugar, o que permite conciliar os estudos com outras atividades.

Contudo, a distância física entre professores, tutores e estudantes, própria da EaD, bem como a utilização de tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem, exige do estudante o desenvolvimento de características específicas para que possa ter sucesso nos estudos.

O estudante da EaD precisa ter **autonomia nos estudos, disciplina e capacidade de organização**, além de ser **proficiente em tecnologias digitais** de informação e comunicação.

As atividades do Curso pressupõem que os estudantes devem ser capazes de resolverem sozinhos situações complexas, de aprenderem a trabalhar em duplas ou equipes, de orientarem-se nas atividades e necessidades várias, de distinguir o essencial do acessório, de não naufragarem na profusão das informações, de fazerem boas escolhas segundo boas estratégias, de gerir corretamente seu tempo e sua agenda.

Uma comunicação virtual apropriada é fundamental para o estudante da EaD, que precisa se expressar de forma evidente e concisa em fóruns, chats, e-mails, webconferências etc.

Estas habilidades tornam-se um pré-requisito importante para os estudantes desta modalidade. Contudo, elas não fazem parte do repertório da maioria dos estudantes, uma vez que boa parte vem de trajetórias escolares que propiciaram o desenvolvimento de estratégias que nem sempre valorizam a autonomia do estudante.

Considerando que, na EaD, a aprendizagem enfatiza a interação, a cooperação e a construção do conhecimento de forma compartilhada, o estudante deve ser um sujeito ativo na edificação da sua formação e do grupo ao qual pertence, sendo chamado a interagir e a compartilhar saberes o tempo todo.

Assim, quais seriam as características e habilidades exigidas do estudante da educação a distância? Podemos citar as principais que são:

- possuir organização, disciplina e dedicação;
- manter uma postura colaborativa e participativa;
- ter senso de investigação e curiosidade pelo novo;
- ser autodidata e definir estratégias de estudo;
- realizar as atividades previstas sem a necessidade de cobrança por parte do tutor;
- ser questionador e aberto às trocas de informações e sugestões;
- ser um leitor dedicado e ter habilidades nas diversas formas de linguagem; e
- estar propenso e aberto às inovações e novas formas de aprendizado.

O cursista contará com apoio da equipe da sua instituição, mas é ele quem deve gerenciar o próprio aprendizado. Por isso, a formação exige que o cursista se preocupe com a organização de seu tempo para a realização das atividades, especialmente se ele for um professor em atuação.

É comum entre os estudantes com pouca experiência na EaD acreditar que esta seja mais fácil do que a modalidade presencial, o que os faz acumular atividades. Quando identificam que não se trata de ser mais fácil ou difícil, mas que exige estratégias diferentes, pode ser tarde demais, levando à desistência.

Para ter sucesso no Curso, o cursista deve:

- tomar conhecimento do calendário acadêmico, verificando quais são as unidades temáticas que irá cursar, tempo de duração e carga horária prevista;
- preocupar-se em conciliar suas tarefas como estudante com aquelas que você já tem como compromisso cotidiano, especialmente as atividades profissionais;
- analisar as suas prioridades diante da necessidade de redefinir suas atividades para dar conta dessas que passam a ser mais um compromisso em sua vida – a formação pós-graduada; e
- elaborar um plano de estudos individual, a partir do cronograma geral de cada unidade temática.

Essas ações e adequações irão colaborar para que não haja frustração para o cursista culturalmente habituado com as perspectivas de ensino e aprendizagem típicas da educação presencial.

Os principais desafios enfrentados pelos estudantes da EaD costumam ser a falta de interação presencial com professores formadores, tutores e colegas, a necessidade de maior autodisciplina e a dificuldade em manter-se motivado. No caso dos cursistas do Curso de Especialização em Educação a Distância na EPT, a interação presencial com os colegas poderá ser realizada, já que haverá grupos de estudantes por instituição formadora/polo, o que poderá colaborar na motivação para os estudos. Quanto à autodisciplina, trata-se de uma variável mais individual. De qualquer forma, as diferentes estratégias de organização dos estudos também poderão ser compartilhadas entre os cursistas e, destes, com os tutores. Os desafios que surgirem podem e devem ser enfrentados coletivamente.

Os profissionais da educação que atuam no Curso - como estudantes e como docentes -, vivem e se encontram em espaços sociais, definidos e concretos. Possuem historicidade, contexto e heranças socioculturais. São sujeitos sociais, que produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São seres humanos ativos e criativos. Sensível a tais considerações, presentes no PPC do Curso, a proposta do Sistema de Acompanhamento realça o primado do aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.

Ressaltamos que a EPT apresenta um cenário docente singular, marcado pela presença de profissionais com expertise em suas áreas de atuação, mas nem sempre com a formação pedagógica mínima exigida por lei.

- Uma parcela significativa dos docentes da EPT possui formação em cursos superiores de tecnologia e/ou bacharelados. Essa bagagem técnica é valiosa, mas faz falta a complementação pedagógica exigida por lei para garantir um ensino de qualidade.

- Por outro lado, professores licenciados, apesar da formação pedagógica, podem não ter familiaridade com as especificidades da EPT, com suas questões políticas e dos processos de ensino e aprendizagem.

Para os professores formadores e tutores, o ideal é que possam conhecer as origens e características dos cursistas de sua turma, identificar a percepção que eles têm de si próprios - como docentes em exercício e como estudantes -, de forma a propor estratégias e atividades que venham ao encontro de seus interesses e necessidades, individuais e coletivos. Sugerimos que seja criado um formulário específico para o levantamento do perfil dos cursistas, no início do curso, em conjunto com o coordenador do Curso e demais professores formadores e tutores.

O documento “Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica: Diretrizes Gerais” traz o perfil dos docentes da EPT, com dados extraídos do Censo da Educação Básica de 2022. Consulte os dados para ter noção dos possíveis interessados no Curso.

### 3.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS EQUIPES

Os profissionais que constituem a equipe encarregada de implementação do curso deverá respeitar as diretrizes estabelecidas pela Capes/UAB, contidas na [Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016](#), na [Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017](#), e na [Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019](#), e demais normativas vigentes. Além dessas, as funções e seleção dos profissionais deverão seguir as normativas internas da instituição ofertante.

Para os cursos *lato sensu*, conforme art. 9º da [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#),

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018).

Segundo a [Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019](#), é obrigatória a realização de processos seletivos para professor formador e tutor, por meio de edital. Os coordenadores de Curso podem ser indicados pelo colegiado do departamento do curso ou órgão equivalente ou serem selecionados por edital. Os orientadores de TCC também devem ser selecionados por meio de edital.

A Coordenação Geral UAB é responsável pelo processo de seleção dos bolsistas, por meio de editais.

Sugerimos alguns critérios de seleção para:

### 3.3.1 Professores formadores

- a) ser professor efetivo da instituição ofertante, em exercício (excepcionalmente, caso não haja inscritos poderá ser aberto edital para professores externos);
- b) ter experiência mínima de 1 (um) ano como docente no magistério superior e titulação mínima em nível de mestrado;
- c) ter conhecimento específico da unidade temática a ser ministrada; e
- d) ter disponibilidade para participar dos encontros de formação com os tutores e das aulas síncronas com os cursistas.

Recomendamos que, no edital, outros critérios sejam definidos caso haja um número maior de inscritos para as vagas disponíveis. Os critérios podem ser pautados no tempo de experiência no magistério superior, experiência na educação a distância, publicações, atuação na pós-graduação, experiência profissional.

Na internet encontram-se publicados uma série de editais de instituições que integram o sistema UAB. Esses editais podem ser a base para a criação do edital próprio da instituição ofertante.

### 3.3.2 Tutores

- a) nível superior concluído;
- b) formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior;
- c) ter disponibilidade de 20 horas semanais para atender aos cursistas e participar dos encontros de formação; e
- d) ter familiaridade com o uso do computador, internet, ambiente virtual de aprendizagem, sistemas de webconferência e demais recursos de informática.

Recomendamos que, no edital, outros critérios sejam definidos caso haja um número maior de inscritos para as vagas disponíveis. Os critérios podem ser: experiência no magistério, experiência na educação a distância, publicações, experiência docente.

A seleção deverá ocorrer por Edital público, aprovado pelo setor jurídico da instituição de ensino, e divulgado com 30 dias de antecedência do término do prazo de inscrição. O método de seleção ocorre a critério da instituição, podendo ser simplificado, por títulos e provas, entrevistas, entre outros. Entretanto, a Portaria Capes nº 102, de 10 de maio de 2019, determina que o método tenha caráter objetivo e observe o artigo 37 da Constituição Federal.

### 3.3.3 Orientadores de TCC

A Portaria Capes nº 102, de 10 de maio de 2019, não cita diretamente a seleção de orientadores de TCC, mas como serão contratados na categoria “professor formador”, deverá ser realizada por meio de edital. Sugerimos como critérios:

- a) Ter graduação em licenciatura e titulação mínima em nível de mestrado;
- b) comprovar experiência mínima de 3 (três) anos como docente no magistério superior para recebimento da bolsa de Professor Formador I ou experiência

comprovada, mínima, de 1 (um) ano no magistério superior para recebimento da bolsa de Professor Formador II;

- c) atuar na área do Curso;
- d) ter disponibilidade e condições para trabalho on-line (por webconferências);
- e) ter disponibilidade para participar dos encontros de formação on-line, em datas e horários a serem definidos pela coordenação do curso; e
- f) ter familiaridade com o uso do computador, internet, ambiente virtual de aprendizagem, sistemas de webconferência e demais recursos de informática.

### 3.4 FORMAÇÃO DAS EQUIPES

Segundo o PPC nacional, todos os profissionais envolvidos na oferta do curso participarão de formação específica para atuação. O processo formativo deverá “contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos” (PPC, 2024, p. 78).

Na modalidade a distância, é recomendável que sejam criados espaços permanentes de formação, procurando garantir que os profissionais atuem com segurança, tanto no uso das tecnologias, como nas estratégias didático pedagógicas. Esses espaços propiciam, ainda, a troca de experiências e a colaboração entre os profissionais. A formação é importante para orientação e tomada de decisão coletiva a respeito de todos os aspectos didático-pedagógicos, incluindo o uso das tecnologias, criando espaços de trocas de experiências e reflexões futuras. A formação é fundamental para mudar algumas concepções cristalizadas na prática pedagógica. O professor está habituado a ensinar com os recursos tradicionais do ensino presencial (lousa, exercícios, seminários, entre outros) e também foi estudante – na maioria dos casos, convivendo com estes recursos. Na prática pedagógica desenvolvida com tecnologias, é necessário incorporar novas formas de ensinar, por meio de um

processo de transição entre a prática tradicional e as novas possibilidades de reconstrução (Almeida, 2012).

As formações são organizadas tendo como suporte a ideia de que as tecnologias são integradas ao ensino tanto como *instrumentos pedagógicos* (ferramentas) quanto como *objeto de estudo e reflexão*, de modo a estimular nos professores, tutores e nos estudantes o uso ativo, interativo, inteligente e crítico das mídias. A formação que se propõe, deste modo, tem por objetivo possibilitar às equipes um espaço de discussão sobre a utilização crítica das tecnologias de informação e de comunicação nos ambientes educativos. Com isso, espera-se estimular o uso das tecnologias na educação, contribuindo para a melhoria da formação de educadores nos dois lados do processo: tanto dos professores que atuam no curso quanto dos cursistas no seu exercício profissional.

Inevitavelmente, o uso das tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem implica em novas práticas pedagógicas ou “reconstruções” das práticas tradicionais e novos modos de produção e tratamento de informações e conteúdos. É na discussão coletiva, em processo de formação, que as boas práticas podem ser incorporadas e socializadas com os pares. A instituição precisa estar aberta e atenta, atuando com muita criatividade para identificar as melhores alternativas para a realização do ensino de determinada área. Certas estratégias e/ou ferramentas podem ter um resultado muito significativo em determinada área do conhecimento e em outra área não ter o mesmo resultado, por isso as formações privilegiam a área de conteúdo integrada à discussão da educação a distância.

É necessário, ainda, o entendimento das questões inerentes à educação a distância não comumente encontradas em outras situações educacionais; por exemplo, a maturidade dos alunos, a atuação profissional, as variáveis culturais e a flexibilidade. Estas questões precisam ser compreendidas e equacionadas, evitando soluções generalistas ou reducionistas. As novas funções exercidas pelos professores geram o surgimento de novos estilos de mediação na sua prática, como o diálogo por meio das tecnologias e o trabalho em parceria com os tutores, levando-os a uma reconsideração de sua experiência didática. Um dos maiores desafios aos

professores nesta modalidade será “saber mediatizar” as mensagens pedagógicas, função que tradicionalmente já realiza no presencial, porém utiliza como meio principal a linguagem verbal e, na modalidade a distância, há um “elenco de mídias” à disposição (Belloni, 1999, p. 62). Preparar a equipe docente para exercer crítica e criativamente estes novos papéis é crucial na educação a distância.

Também, é preciso estar atento à formação dos tutores, pois este momento constitui um espaço importante para que a equipe do curso, tutores e professores compartilhem conhecimento e, especialmente, para construir um ambiente favorável para que os tutores se sintam integrantes da equipe docente. Com certeza, a integração dos tutores e professores durante o processo é de grande importância para viabilizar o compartilhamento de informações, principalmente sobre o acompanhamento aos cursistas. Garantir a formação desta equipe significa, em primeiro lugar, acreditar no potencial destes profissionais.

Nessa perspectiva, o planejamento das ações de formação precisa considerar:

- a) a prática pedagógica em ambientes mediados pelas tecnologias;
- b) o compartilhamento da docência;
- c) o desafio da apropriação crítica e criativa das tecnologias;
- d) um planejamento que contemple o contexto do curso e processos avaliativos equânimes;
- e) ressignificação da prática docente.

### 3.4.1 Tipos de formação

A formação das equipes acontece em dois tempos: uma a nível nacional e outra a nível local.

#### **Formação nacional:**

A Setec/MEC organizará encontros de formação com a rede de instituições que participam da oferta, contemplando:

- a) Oficinas pedagógicas (organizadas por regiões)
- b) encontros de formação de formadores; avaliação dos cursos;
- c) Seminários (início e final dos cursos).

Também, serão realizadas reuniões técnicas visando ao acompanhamento e à avaliação dos cursos.

### **Formação local:**

- a) Inicial: PPC, AVA, ferramentas de comunicação, perfil dos cursistas e processos de avaliação.
- b) Continuada: no início de cada unidade temática sobre o conteúdo, planejamento, estratégias didático pedagógicas, ensinar e aprender com tecnologias digitais (ou na EaD), avaliação da aprendizagem. Sugere-se, ainda, que os professores formadores e tutores encontrem-se semanalmente para planejar e alinhar o andamento das ações.

Outro tema a ser socializado continuamente são os dados oriundos da avaliação do curso.

## 4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) E MATERIAIS DIDÁTICOS

Amplamente conhecido pela abreviação AVA, o termo “ambiente virtual de aprendizagem” que corresponde, em inglês, à sigla LMS (*Learning Management System*), pode ser definido como um tipo de tecnologia digital criada no início dos anos 2000 para gerenciar sistemas de ensino-aprendizagem (inicialmente na modalidade a distância, mas torna-se parte da rotina de cursos presenciais de diversas instituições), como, por exemplo, disponibilizar conteúdos temáticos e lições, propiciar interação entre professores e estudantes, além de permitir acompanhar os percursos de cada usuário por meio de relatórios de monitoramento.

Assim definido, importa frisar que, para o Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o AVA faz parte da infraestrutura digital e:

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Lantec-Prosa/UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas (PPC, 2024, p. 70).

Para garantir a eficácia na gestão e monitoramento do AVA, cada instituição formará uma equipe dedicada ao suporte técnico e pedagógico, visto que as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT) dispõem destes profissionais que poderão colaborar com a etapa de customização do AVA. Esta equipe será encarregada da personalização e customização da plataforma, assim como da organização dos recursos digitais dentro do AVA, fornecendo assistência tanto em questões acadêmicas quanto tecnológicas, conforme delineado na *seção Equipe Responsável* no PPC.

## 4.1. O QUE É UM AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é o local no qual o professor formador vai desenvolver e organizar as aulas de sua unidade temática, além de ser um canal de comunicação entre a gestão, a equipe docente e os cursistas. Para saber como o AVA será desenvolvido e organizado para atingir os objetivos do planejamento, o professor formador precisa conhecer a infraestrutura digital da sua instituição, se já possuem e utilizam algum AVA e qual a funcionalidade de cada ferramenta nele disponibilizada.

De modo geral, o AVA deve apresentar orientações gerais, conteúdos, ferramentas e atividades relativas ao desenvolvimento da Unidade temática: cronograma de oferta, agenda, cronograma de atividades (incluindo as avaliações e orientações para as mesmas), sugestões de estudos complementares, web aulas, midiateca, podcasts, opções de pesquisa, local para entrega de atividades, pesquisa de avaliação institucional e outros.

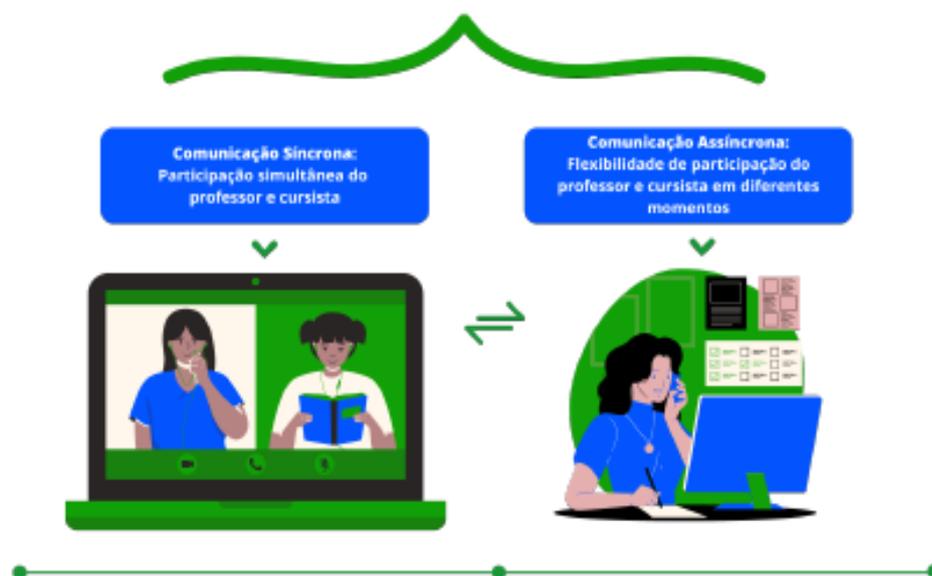
O AVA é a sala de aula virtual e, nele, o professor formador desenvolve todas as estratégias para alavancar os estudos da unidade temática.

Para saber como desenvolver e organizar a sala de aula virtual e quais recursos e funcionalidades de cada ferramenta disponibilizada, consulte o tutorial do ambiente junto à sua instituição.

É importante enfatizar que a organização do AVA deve ser pensada para ser funcional, prática e não meramente instrumental. O principal objetivo é atuar no sentido de favorecer, da melhor maneira possível, a aquisição do conhecimento e a relação com as tecnologias, sua turma, tutores e professores. A maior parte da formação dos cursistas será via AVA, porém, quando agendado e acordado previamente, poderão ocorrer algumas atividades presenciais (ou híbridas) e estas acontecerão nos polos de apoio presencial.

Na EaD, a constante comunicação é fator fundamental para o bom aproveitamento do curso e, nessa modalidade, temos duas formas importantes de comunicação que requerem ações específicas em cada uma delas. Cada instituição fornecerá informações sobre a indicação do recurso aconselhado para a realização das videoaulas e webconferências, que poderão ser realizadas a partir de plataformas institucionais ou de código aberto.

Figura 15 - Modalidades de comunicação na EaD



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do banco de imagens Unsplash

A comunicação síncrona ocorre em tempo real, exigindo interação simultânea entre professores formadores/tutores e cursistas para garantir a compreensão da mensagem. Na EaD, essa comunicação é realizada tanto de forma presencial, quanto por meio das tecnologias digitais de comunicação, como em uma webconferência ou um chat no AVA, permitindo a troca imediata de informações, esclarecimento de dúvidas, interação com tutores e cursistas e resolução rápida de dúvidas e questões. Sugerimos que a organização do AVA seja feita com recursos variados, que se utilize as diversas ferramentas disponíveis e modalidades variadas de comunicação, considerando o perfil dos cursistas. Intercalar momentos síncronos e assíncronos é importante para que o cursista se sinta assistido, atendido em suas necessidades

acadêmicas e de aprendizagem. Os momentos síncronos podem ser utilizados inicialmente para conhecer os cursistas, conversar sobre a unidade temática, a organização de estudos e debater sobre os conceitos centrais que nela serão tratados, além de combinados gerais. É uma excelente forma de iniciar os estudos! Saiba mais no tópico *1.4 - Estrutura Curricular do Curso*.

## 4.2 ORIENTAÇÕES PARA O USO DO AVA

Compreendendo o AVA como lugar promotor de aprendizagem, que pode incorporar vários objetos de aprendizagem em diversas mídias, elaborados cuidadosamente pela equipe docente, se faz necessário entender o AVA e seus espaços e tempos como nova estrutura de sala de aula na educação, um lugar de aquisição de conhecimento. Alguns conceitos devem estar presentes no momento de sua customização:

- **Flexibilidade:** Através do AVA, os cursistas têm acesso aos materiais e atividades fornecidos pelos professores em qualquer momento e local, tornando-se um recurso valioso para a aprendizagem. Vale ressaltar que a flexibilidade dos tempos precisa dialogar com a flexibilidade dos prazos de atividades.
- **Interação:** O AVA oferece uma variedade de recursos para interação com os cursistas, incluindo fóruns, chats e webconferências, facilitando a comunicação mesmo quando estão geograficamente distantes. Ao fazer uso desses recursos, será possível constituir um ambiente de aprendizagem integrador.
- **Acompanhamento:** Geralmente, o AVA disponibiliza ferramentas que permitem aos professores formadores e tutores monitorar o progresso dos cursistas, acompanhar os seus acessos e ingressos na plataforma e avaliar seu desempenho ao longo do curso. Importante salientar que, acompanhar o acesso na plataforma não tem objetivo de controle, mas tem a função de minimizar a evasão dos cursistas, estabelecendo uma comunicação mais direcionada e acolhedora. Para isso, pode-se fazer uso de relatórios de acesso ao AVA,

relatórios de participação em atividades assíncronas como fóruns, wikis, enquetes e outros.

Ao organizar o AVA, o professor formador deve considerá-lo como um poderoso aliado. Normalmente, as plataformas possibilitam a criação de seções e subseções, permitindo que o professor formador organize seus materiais por aulas, temas ou períodos de forma clara e simples. Outra possibilidade é o cadastramento de todo o material a ser utilizado na unidade temática, oferecendo a possibilidade do cursista ter a previsão dos estudos e atividades e, assim, organizar uma agenda individual, o que garante uma programação estruturada e organizada das aulas e atividades ao longo do período letivo.

A seguir, tecemos algumas sugestões para a organização da unidade temática no AVA:

- Apresentação da unidade temática e equipe: vídeo da unidade temática e apresentação da equipe docente;
- Plano de ensino contendo a ementa, objetivos, plano de avaliação e bibliografia;
- Cronograma geral da unidade temática, constando as datas de atividades presenciais (se houver) e de webconferências;
- Calendário de atividades presenciais e atividades síncronas;
- Fórum de dúvidas gerais.

Ressalta-se que não detalhamos sobre as possibilidades de recursos que um AVA pode dispor, em função das possíveis variações da plataforma de cada instituição de ensino que integra a RFEPCT.

Por fim, os cursistas devem ser orientados a manterem o perfil atualizado no AVA. Para isso, podem ser enviadas mensagens periódicas para lembrá-los dos estudos, atividades e informes de alterações de cronograma, prazos e atualizações no AVA.

Essas ações podem ser auxiliadas pelos tutores. Saiba mais no tópico 3.2.4 sobre o *Sistema de Acompanhamento ao Estudante*.

### 4.3. MATERIAIS DIDÁTICOS

O material didático é um dos pilares fundamentais no processo de ensino-aprendizagem e mediação da modalidade de Educação a Distância, pois atua na disseminação de um conteúdo especialmente tratado e aperfeiçoado, com o objetivo de facilitar a construção do conhecimento. Esse deve ser visto sempre como uma tradução, seguida de uma reconstrução (Moran; Valente, 2011).

Os materiais didáticos do Curso, em formato digital, foram concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores especialistas em EPT, em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e estão indexados em uma plataforma *on-line* no endereço: <https://sgmdnute.sites.ufsc.br/setec-materiais/gestao2.html> com a possibilidade para uso de modo assíncrono diretamente na plataforma, vinculada ao AVA das instituições ofertantes ou para migração de recursos e conteúdos, como orientamos a seguir.

Esses materiais estão disponíveis aos estudantes e sua indicação e mediação de uso será feita pelos professores formadores e tutores, considerando os objetivos de cada uma das unidades temáticas.

Temos algumas possibilidades para a utilização do material elaborado e disponibilizado pela UFSC – o servidor está configurado, primeiro é acessando o site e navegando pelos sumários e módulos conforme a disponibilização.

Figura 16 - Página inicial do curso na plataforma



Fonte: Setec/MEC

Figura 17 - Exemplo do sumário estruturado dos módulos

<b>Sumário</b>		
Módulo 1 (105h) Núcleo comum e TCC1	Módulo 2 (135h) Núcleo Específico - Fase 1 e TCC 2	Módulo 3 (120h) Núcleo Específico - Fase 2 e TCC 3
<b>Cultura digital e Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>Fundamentos da Educação a Distância</b>	<b>Mediação pedagógica em EaD</b>
<b>Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I</b>	<b>Teorias, Metodologias e Planejamento Pedagógico na EaD</b>	<b>Avaliação e melhoria contínua em EaD</b>
<b>Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II</b>	<b>Produção de Materiais Didáticos Digitais</b>	<b>Sistemas e Gestão da EaD</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso I</b>	<b>Ambientes virtuais de aprendizagem: ferramentas e estratégias de avaliação</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso III</b>
	<b>Trabalho de Conclusão de Curso II</b>	

Fonte: Setec/MEC

E poderá acessar todo o material produzido para as unidades temáticas:

Figura 18 - Módulo I do Curso EaD na EPT

**Módulo 1: Núcleo Comum e TCC I**

Neste módulo, será tratado o caráter pedagógico e emancipatório da cultura digital e do trabalho, respectivamente, por meio do estudo da cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa; da relação pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências; dos conceitos de ensino integrado e práxis transformadora, bem como a contribuição de cada uma dessas temáticas para o desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica brasileira.



**1. Cultura digital e Educação Profissional e Tecnológica**

Desenvolver um instrumento digital com ênfase na cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa, além de estabelecer a comunicação e a interação por meio de aplicativos tecnológicos, visando à inclusão digital e à acessibilidade na EPT.

[Acessar](#) [Download](#)



**2. Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I**

Compreender a transição dos legados históricos da EPT Brasileira, reconhecer o Trabalho, a EPT, seus lutas e suas ênfases através de necessidades específicas geracionais, de gênero, de migração e das comunidades tradicionais.

[Em breve](#) [Download](#)



**3. Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II**

Entender o princípio pedagógico do trabalho, suas potencialidades e possibilidades de atuação na escola unitária, à luz dos conceitos de Ensino Integrado e Práxis Transformadora e visando às suas contribuições para a EPT.

[Em breve](#) [Download](#)



**4. Trabalho de Conclusão de Curso I**

Elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse, após a conclusão das Unidades Temáticas do Núcleo Comum.

[Em breve](#) [Download](#)

Fonte: Setec/MEC

Ao acessar a plataforma dos materiais didáticos, os professores, tutores e estudantes terão acesso à estrutura do curso e aos materiais em *links* navegáveis produzidos para as unidades temáticas:

Figura 19 - Página inicial da Unidade Temática I



Fonte: Setec/MEC

Para cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado pela Setec, os professores formadores poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outras estratégias didáticas que considerem necessárias para o cumprimento dos objetivos de sua unidade temática (PPC, 2024).

O propósito dos materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras críticas da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da EPT (PPC, 2024).

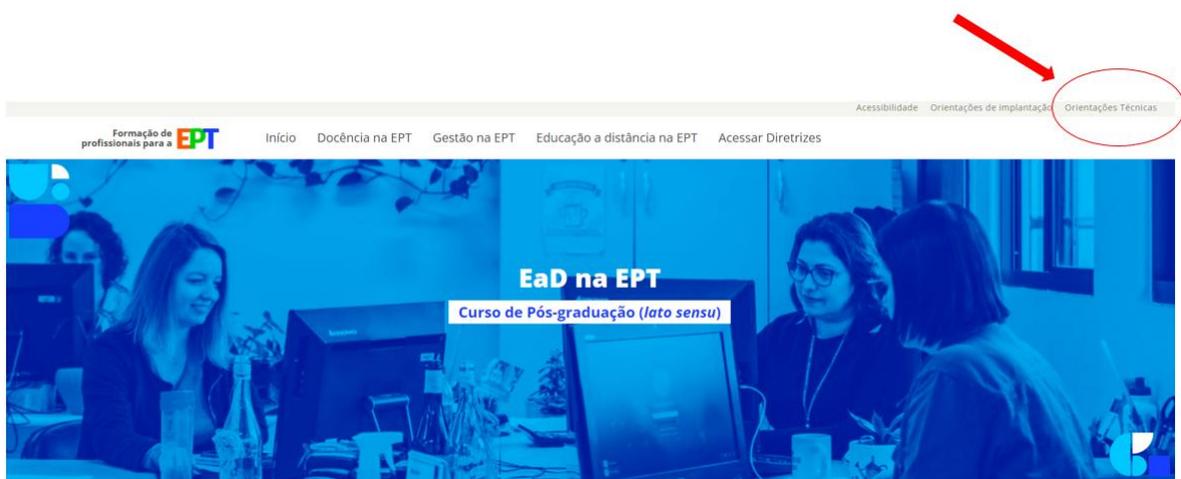
Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico (PPC, 2024, p. 66).

Os materiais didáticos disponibilizados podem ser acessados por meio dos *links* navegáveis para acesso direto aos materiais, ou ainda, poderão ser baixados para integrá-los ao AVA de sua instituição.

A organização e disponibilização dos materiais aos cursistas pode ser feita em tópicos por unidade temática, em tópicos semanais com indicativos de materiais adicionais ou por capítulos considerando o material didático de cada unidade temática. Independente da forma de organização, sugerimos que seja mantida regularidade na disposição dos materiais e que outros recursos também sejam incorporados.

Sobre a migração do conteúdo da plataforma para o AVA das instituições, você pode clicar na aba de orientações técnicas que fica no canto superior direito da plataforma:

Figura 20 - Orientações Técnicas



Fonte: Setec/MEC

E seguir as instruções passo a passo para “baixar” os materiais e/ou fazer a migração dos conteúdos para o AVA de sua instituição, com três possibilidades:

**Opção 1:** Disponibilizar o material via *link* direto.

**Opção 2:** Disponibilizar o material via Arquivo.zip.

**Opção 3:** Hospedar o material no AVA como um Pacote SCORM.

Figura 21 - Orientações Técnicas para acesso e migração dos materiais



### Como disponibilizar os materiais didáticos digitais no seu ambiente:

Os materiais didáticos fornecidos neste catálogo podem ser disponibilizados de três maneiras principais: **via link direto** ou **via arquivo .zip**. Siga as instruções abaixo para oferecer os conteúdos em sua instituição utilizando a plataforma Moodle ou outro ambiente de ensino à distância.

Fonte: Setec/MEC

O passo a passo de cada uma dessas opções está disponível na página indicada acima. Recomendamos que, em caso de dificuldades de execução, solicite apoio à equipe técnica de sua instituição ou entre em contato com a equipe Setec/MEC.

Recomendamos a integração do material didático elaborado para o Curso com outras possibilidades de recursos, no intuito de que eles se complementem, para que os materiais didáticos disponibilizados não sejam a única fonte de leitura, estudos e pesquisa.

## 5. IMPLEMENTAÇÃO, FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

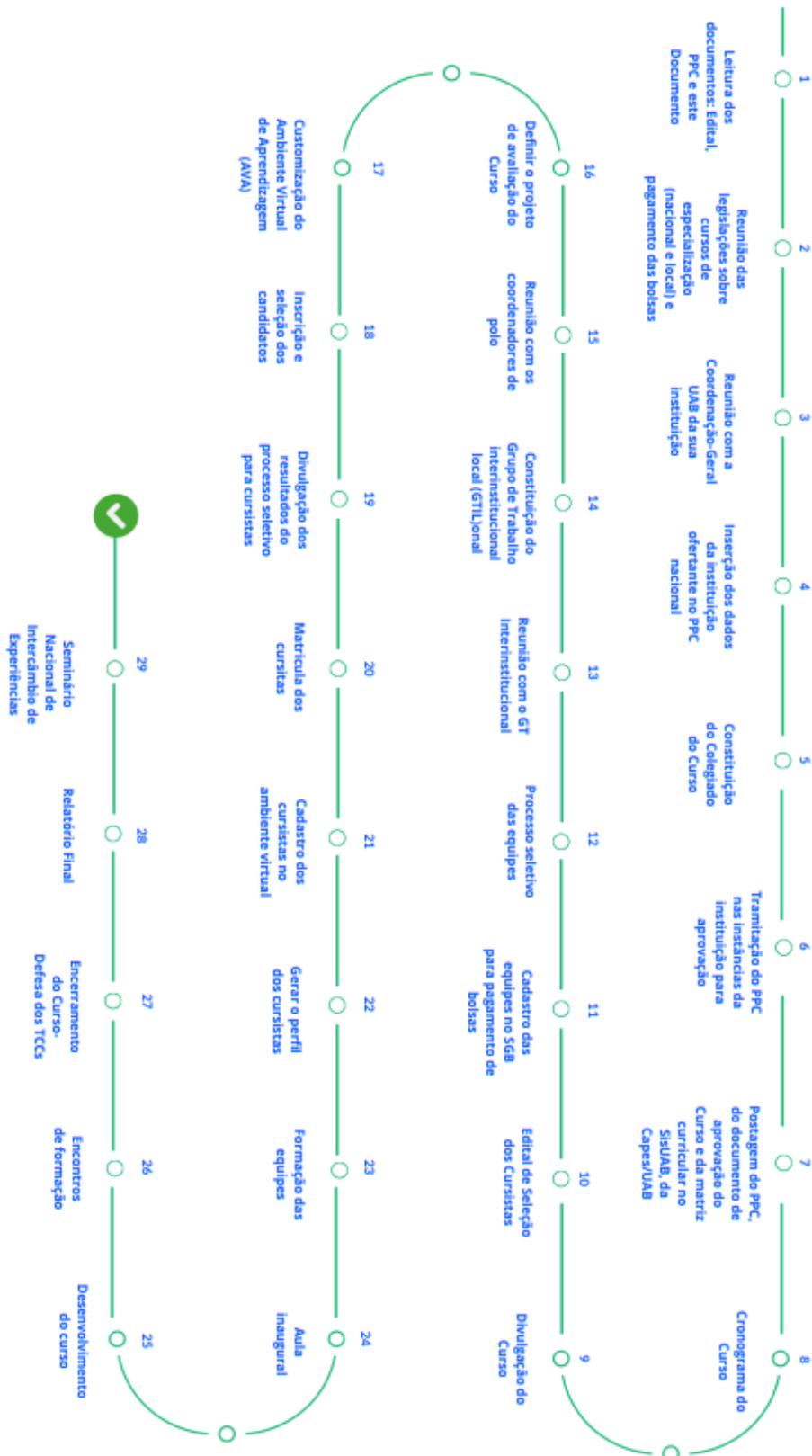
Neste tópico, encontram-se as principais atividades de implementação, as fontes de financiamento e as orientações sobre a avaliação do Curso.

### 5.1 ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO

Elencamos, a seguir, as principais ações para a implementação do Curso. Estamos cientes de que elas não dão conta da realidade de cada um dos contextos, mas são uma importante referência a ser seguida por todas as instituições. As ações sugeridas foram organizadas sequencialmente, mas o processo de implementação é dinâmico e não segue um único caminho, as ações se sobrepõem e se intercalam.

#### 5.1.1 Fluxo das ações para criação e oferta do Curso

Figura 22 - Fluxo das ações para a criação e oferta do Curso



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

## 5.1.2 Detalhamento das atividades

### 1. Leitura dos documentos: Edital, PPC e este Documento

A leitura dos documentos que embasam e normatizam o Curso é essencial para que se dê segurança à coordenação do Curso e às equipes.

Os documentos principais são:

- Edital Capes nº 25, de 20/09/2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano. Este é o Edital que permitiu a adesão da sua instituição para oferta do Curso.
- Projeto Pedagógico do Curso, versão nacional.
- A Setec/MEC encaminhou às instituições que participam da oferta o PPC. Este documento é a referência para as instituições de ensino que integram simultaneamente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes) na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Curso. O Projeto não poderá ser modificado, pois é uma oferta em rede.
- Documento da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica: Diretrizes Gerais.
- Documento de Orientações Gerais.

### 2. Reunir as legislações sobre cursos de especialização (nacional e local) e pagamento das bolsas

- [Decreto nº 8.752/2016](#). Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do [Plano Nacional de Educação 2014-2024](#).
- [Resolução nº 1/2018](#). Estabelece as diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, também denominados cursos de especialização, do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CES nº 4/2021](#). Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1/2018.

- [Resolução CNE/CES nº 4/2018](#). Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1.
- [Resolução CNE/CP nº 1/2021](#). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- [Resolução CNE/CEB nº 6/2012](#). Assegura aos/às professores/as graduados/as, não licenciados/as, em efetivo exercício na profissão docente, e àqueles/as aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica.
- [Portaria Capes nº 183/2016](#). Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). No site da Capes que disponibiliza a Portaria estão as Portarias nº 15/2017 e nº 139/2017 que alteram os valores de bolsa.
- [Portaria Capes nº 102/2019](#). Regulamenta o art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.
- [Instrução Normativa nº 2/2017](#). Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros para a concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183/2016, e pela Portaria CAPES nº 15/2017.
- [Portaria nº 33, de 16 de Fevereiro de 2023](#). Dispõe sobre os valores de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no país.

Verifique na sua instituição as legislações locais que normatizam os cursos *lato sensu*.

### 3. Reunião com a Coordenação-Geral UAB da sua instituição

A Setec/MEC realizou reuniões com as Coordenações-Gerais da UAB, inicialmente, pois cabe a essas coordenações a realização da seleção para as coordenações do Curso.

Os coordenadores de Curso devem manter uma boa comunicação com os coordenadores-gerais UAB institucional (coordenador geral e coordenador adjunto), pois eles são responsáveis por todos os cursos ofertados na instituição no âmbito do Sistema UAB.

Organizem uma reunião com os coordenadores-gerais UAB para juntos definirem a melhor forma de comunicação.

### 4. Inserção dos dados da instituição ofertante no PPC nacional

A Setec/MEC encaminhou para cada instituição, um documento, intitulado "Projeto pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em educação a distância na educação profissional e tecnológica". Acrescente os dados e as informações necessárias a partir da legislação da sua instituição. A planilha do orçamento deve ser incluída no projeto.

É fundamental que o projeto esteja alinhado às necessidades dos cursistas, à disponibilidade de professores formadores, à infraestrutura existente e à legislação. O PPC é o documento que dá identidade ao curso.

A estrutura do PPC deve seguir o modelo definido nas normativas da sua instituição.

Esse Curso faz parte de uma oferta nacional em rede, portanto a matriz curricular do curso, composta por módulos e por unidades temáticas previstas no PPC nacional, deve fazer parte do PPC da sua instituição. Se a instituição ofertante desejar ofertar mais alguma unidade temática é possível, desde que os recursos para bolsas sejam negociados previamente com a Capes.

## 5. Constituição do Colegiado do Curso

Cada Curso deverá constituir com um Colegiado próprio, composto conforme normativa da instituição ofertante, com as funções de aprovar o projeto pedagógico do curso, planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor (PPC, 2024).

O Colegiado:

- acompanha a execução do Curso, propondo ajustes e alterações que se fizerem necessárias;
- avalia e aprova os planos de ensino, compatibilizando com os objetivos e matriz curricular do Curso;
- promove a integração curricular;
- propõe e acompanha a avaliação do Curso em todas as suas fases; realiza a avaliação final do Curso e do trabalho desenvolvido pelos professores formadores (consultar o Tópico 5.3: Avaliação e Acompanhamento do curso);
- aprecia o relatório final do Curso antes do seu encaminhamento para aprovação junto aos órgãos que autorizam a realização do mesmo e decide sobre requerimentos dos cursistas.

## **6. Tramitação do PPC nas instâncias da instituição para aprovação**

Com o documento - PPC - concluído, é necessário tramitá-lo nas instâncias da sua instituição. Essas instâncias são definidas na legislação que trata dos cursos *lato sensu* da sua instituição. Essa aprovação é importante para garantir a certificação dos cursistas.

## **7. Postagem do PPC, do documento de aprovação do Curso e da matriz curricular no SisUAB, da Capes/UAB**

Essa etapa vai garantir que o pagamento das bolsas seja mantido com regularidade.

## **8. Cronograma do Curso**

Nos cursos desenvolvidos na modalidade a distância o cronograma é uma importante ferramenta, pois os cursistas precisam se organizar para todas as atividades ao longo do Curso. Considere o perfil dos cursistas e construa o cronograma levando em conta o tempo e a disponibilidade dos mesmos, respeitando o princípio da flexibilidade enquanto característica assumida na EaD. Há orientações e sugestões para o Cronograma no tópico 1.4 - Estrutura curricular do curso e sua organização.

## **9. Definir o projeto de avaliação do Curso**

O projeto de avaliação de Curso deve ser definido inicialmente e possibilitar a coleta de dados que permitam o redirecionamento das ações quando necessário. Neste Documento, sugerimos alguns parâmetros no item 5.3 Avaliação e Acompanhamento do Curso.

A Setec/MEC, em parceria com a Capes UAB, terá um projeto de avaliação nacional, mas que não prescinde da avaliação local.

## **10. Reunião com os coordenadores de polo**

Os coordenadores de polo são um apoio importante para o Curso, auxiliando na organização de possíveis encontros presenciais, suporte nas atividades de ensino, na aplicação das avaliações presenciais (se houver), no acolhimento e permanência dos cursistas, portanto, auxilia na redução da evasão, assim como assegura o bom funcionamento do polo e mantém diálogo com a instituição responsável pela oferta.

Organize reuniões periódicas com os coordenadores de polo, inicialmente, para apresentar o Curso e conhecer a estrutura de cada polo. Na sequência os coordenadores de polo devem ser informados, com frequência, sobre o andamento do curso. Essa etapa deverá ser realizada em conjunto com a coordenação UAB da sua instituição.

## **11. Constituição do Grupo de Trabalho Interinstitucional Local (GTIL)**

O diálogo com instituições parceiras é recomendável. Sugerimos, no âmbito estadual, a constituição de um grupo de trabalho integrado por Coordenação Geral UAB, Coordenador do Curso, representante das Secretarias de Estado da Educação (Seduc) e as instituições que integram a Rede Federal de EPT do seu estado, especialmente, as que estão participando como ofertantes do Curso.

As possíveis atividades desse grupo seriam:

- a) articulação política entre as instituições envolvidas;
- b) definição de critérios para a seleção de cursistas;
- c) definição das áreas de abrangência da oferta dos cursos por instituição para não haver sobreposições e sobreamentos das ofertas;
- d) divulgação dos processos seletivos para os candidatos, tutores e orientadores;
- e) distribuir de forma equânime as vagas ofertadas no estado;
- f) acompanhamento do Curso em todas as suas etapas.

A Setec/MEC solicitou, via ofício, indicação de um representante das Secretarias de Estado da Educação (Seduc), para acompanhar a oferta do Curso, exercendo o papel de articulador institucional.

Em âmbito nacional, pretende-se constituir Grupo de Trabalho Interinstitucional Nacional (GTIN) para o acompanhamento dos cursos de formação lato sensu da EPT, integrado pela Setec/DPR/CGPA, Capes/UAB, Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf) e Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed).

O Grupo de Trabalho acompanhará o desenvolvimento dos cursos lato sensu, os processos de avaliação e monitoramento e propõe alterações metodológicas nas futuras ofertas formativas.

## **12. Reunião com o GT Interinstitucional**

Organize reuniões periódicas com o GT. Esse é um espaço de colaboração e trocas. Decidam, em conjunto com os parceiros, como cada um pode contribuir para o desenvolvimento da formação.

## **13. Processo seletivo das equipes**

Os profissionais que recebem bolsa por meio da Capes/UAB devem passar por processo seletivo, conforme orientado na Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019.

Disponível em: <https://uab.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/05/Portaria-CAPES-102-de-10-05-19.pdf>

#### **14. Cadastro das equipes no SGB para pagamento de bolsas**

Após a seleção, a Coordenação do curso deve encaminhar para a coordenação UAB realizar a inclusão no Sistema de Gerenciamento de Bolsas (SGB).

Verifique com a coordenação UAB da sua instituição quais formulários são necessários serem preenchidos e os procedimentos para o pagamento regular das bolsas.

#### **15. Edital de Seleção dos Cursistas**

Essa é uma etapa muito importante, o edital de seleção deve ser publicado com todas as informações e critérios para que o processo seletivo ocorra com tranquilidade. O colegiado e o GT Interinstitucional local (GTIL) podem contribuir na escrita do mesmo. A definição de critérios claros e que reflitam as demandas do curso são fundamentais, evitando que interessados se inscrevam e abandonem o curso nas primeiras semanas.

Verifique as legislações para contemplar as normativas necessárias no Edital.

Conforme orientado no PPC nacional, os candidatos ao Curso devem ser residentes no estado em que a instituição ofertante está vinculada. Há um expressivo número de instituições envolvidas na oferta, inclusive com estados que têm duas ou mais instituições participando da oferta e estas devem entrar em acordo para definição dos polos. O compromisso é interiorizar a pós-graduação, portanto as instituições devem ofertar vagas para os seus estados.

## 16. Divulgação do Curso

Para divulgar o Curso de forma eficaz é crucial alcançar os interessados utilizando os canais de comunicação adequados. Sugere-se:

- Envio de e-mails personalizados para diretores, coordenadores e pedagógicos, apresentando o curso e seus benefícios. Solicite auxílio na divulgação;
- Organização de eventos presenciais ou on-line para apresentar o curso em detalhes e responder a perguntas;
- Criação de site ou aba específica para o curso no site institucional/da sua instituição, onde os interessados possam obter as informações;
- Matérias em jornais, revistas e rádios locais;
- Criação de perfis ou páginas nas redes sociais mais utilizadas pelos professores da rede EPT (Facebook, Instagram, LinkedIn e outras) e compartilhe conteúdo relevante sobre o Curso;
- Criação de um canal de comunicação eficaz para que os interessados possam tirar dúvidas e solicitar informações.

Nessa etapa as parcerias precisam ser acionadas. O Grupo de Trabalho Interinstitucional local será de grande valia.

## 17. Customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Customizar um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é uma ótima maneira de torná-lo mais engajador, eficiente e eficaz para os cursistas. Ao personalizar o AVA de acordo com o disposto no PPC do curso e as necessidades e preferências dos cursistas, aposta-se na criação de uma experiência de aprendizado mais positiva, colaborativa e produtiva para todos.

Priorize um AVA intuitivo, simples e de fácil navegação que favoreça a interação e o acesso às informações.

Se sua instituição já utiliza um AVA customizado será mais simples, sendo necessário só adaptar para o Curso. Consulte informações específicas sobre AVA no Tópico 4.

## **18. Inscrição e seleção dos candidatos**

Com base nas informações definidas no edital de seleção crie uma ficha de inscrição a ser disponibilizada no site do Curso. A ficha deve contemplar todos os dados e critérios para que a seleção ocorra de forma transparente.

Na ficha de inscrição devem ser inseridos campos para mapear um perfil dos inscritos. Colete informações que possam auxiliar, por exemplo, na construção do cronograma e na customização do AVA. Questões sobre tempo disponível para dedicar-se ao Curso, familiaridade com o uso de tecnologias, escolaridade, profissão, local de trabalho, expectativas em relação ao curso, dentre outras.

## **19. Divulgação dos resultados do processo seletivo para cursistas**

A divulgação deve ser ampla e a informação deve chegar a todos os inscritos de maneira transparente. Sugere-se criar uma lista de espera, caso haja desistências.

## **20. Matrícula dos cursistas**

Determinar um período para a matrícula dos classificados e solicitar os dados e documentos necessários para a inclusão dos cursistas no sistema acadêmico da sua instituição e na plataforma Freire, da Capes.

## **21. Cadastro dos cursistas no ambiente virtual**

De posse dos dados obtidos na matrícula, cadastre os cursistas no ambiente virtual. Nessa etapa já é recomendável criar os grupos por polo e grupo por tutor.

## **22. Gerar o perfil dos cursistas**

Conhecer muito bem os cursistas é essencial para o sucesso do Curso. Por meio da geração do perfil dos cursistas é possível:

- a) adaptar atividades às necessidades dos cursistas;
- b) disponibilizar materiais complementares;
- c) favorecer a interação entre professores, tutores e cursistas;
- d) identificar os desafios enfrentados pelos cursistas, procurando reduzir as taxas de evasão;
- e) direcionar esforços e investimentos de forma mais eficaz para atender às demandas específicas dos interessados.

Utilize diversas fontes para obter uma visão completa. Elabore questionários on-line com perguntas abertas e fechadas sobre diversos aspectos, como: dados demográficos (idade, sexo, localização etc.); escolaridade e experiência anterior; motivações e objetivos que fez o cursista se interessar pelo curso; estilos de aprendizagem preferidos (horários de estudo, interação, como prefere ser acompanhado pelos tutores etc.) hábitos de uso e acesso às tecnologias.

Os dados coletados durante a inscrição e matrícula devem ser aproveitados, não precisando ser solicitados novamente em outros instrumentos. É possível extrair informações como: faixa etária predominante; nível educacional; localização geográfica dos alunos; histórico de cursos anteriores.

Durante o curso, também, é importante gerar relatórios de perfil dos cursistas nas interações on-line, monitorando as participações em fóruns, chats e outras ferramentas de comunicação do AVA; realização das atividades avaliativas; frequência em encontros síncronos, interação com os tutores, entre outros.

Esses dados devem ser compartilhados entre a equipe de professores e coordenadores. Sugerimos que nos encontros de formação os dados sejam apresentados e estratégias pedagógicas sejam propostas, em conjunto.

Os dados também se constituem num excelente material para o processo de avaliação do curso.

### **23. Formação das equipes**

A qualidade de um curso ofertado na modalidade a distância depende diretamente da formação dos profissionais que a conduzem. Professores Formadores e tutores desempenham um papel fundamental nesse cenário, e sua formação continuada é crucial para o sucesso do Curso.

No tópico 3.4 deste Documento é detalhada a formação das equipes.

### **24. Aula Inaugural**

A aula inaugural de um curso a distância é um momento muito importante para dar as boas-vindas aos novos cursistas, apresentar o curso e seus objetivos, familiarizá-los com o AVA e apresentar noções sobre o estudo na modalidade a distância.

No tópico 1.4.1 deste Documento há mais detalhes sobre a aula inaugural.

### **25. Desenvolvimento do Curso**

É o desenvolvimento do cronograma em todas as suas etapas. O desenvolvimento de um curso na modalidade a distância é desafiador, mas também gratificante. Ao seguir todas as etapas planejadas, é possível criar um curso de qualidade que atenda às necessidades dos cursistas, às diretrizes da Política Nacional de Formação de Profissionais da EPT, proporcionando uma experiência de aprendizado eficaz e significativa.

Uma das características da educação a distância é a flexibilidade, considere isso no desenvolvimento do Curso e, sempre que necessário e possível, refaça os planejamentos iniciais.

### **26. Encontros de formação**

Sugerimos que faça um cronograma para os encontros de formação a serem realizados durante todo o Curso. Os professores formadores precisam ter uma

proximidade com os tutores e é por meio desses encontros que essa aproximação acontece.

No início de cada unidade temática, os professores formadores precisam, dialogar sobre a docência compartilhada, formar os tutores para o conteúdo da unidade e definir com eles as atividades e processos avaliativos. Juntos, precisam definir critérios para correção das atividades para que haja equidade entre as avaliações e acompanhamento dos tutores aos cursistas.

Se possível, faça uma agenda semanal entre tutores e professores para uma formação continuada. Essas ações fortalecem o trabalho em equipe e geram confiança no grupo.

No tópico 3.4 deste Documento há mais informações sobre a formação das equipes.

## **27. Acompanhamento da trajetória acadêmica dos estudantes ao longo do curso.**

É importante que a coordenação do curso elabore indicadores de evasão para que possa acompanhar a trajetória acadêmica dos estudantes objetivando a conclusão do maior número possível de estudantes. Inclusive, **é obrigatório** que haja a cada início de semestre, a atualização dessa trajetória acadêmica no SisUAB. Nos primeiros 6 meses, é fundamental indicar os estudantes que foram matriculados no curso, mas que nunca, de fato, iniciaram o curso ou tiveram pouca frequência. Tais estudantes devem ser indicados como “matrícula cancelada” possibilitando a abertura dessas vagas para novos estudantes que possam ser chamados ainda na fase de matrícula e serem cadastrados no SisUAB. Após 6 meses, não é possível mais o aproveitamento de vagas de estudantes com matrícula cancelada. Assim como no início, é fundamental a atualização final indicando os estudantes que concluem o curso.

## **28. Encerramento do Curso – Defesa dos TCCs**

A exemplo da aula inaugural o encerramento é um evento importante do Curso. É hora de compartilhar todo o sucesso conquistado com o processo formativo.

Se possível, organize um encontro presencial para as defesas dos TCCs e desse modo viabilizar a troca de conhecimentos e pesquisas produzidas entre os cursistas.

No tópico 1.6 deste Documento você encontra mais detalhes sobre o TCC.

## **29. Relatório Final**

O relatório é o documento final que irá viabilizar a certificação dos cursistas. A exemplo do PPC, vai tramitar nas instâncias definidas na legislação da sua instituição para a aprovação final do Curso.

## **30. Seminário Nacional de Intercâmbio de Experiências**

A Setec/MEC realizará um encontro nacional para compartilhar as experiências vivenciadas entre todas as instituições que ofertaram o Curso. É um espaço importante para relatar os avanços e desafios do processo.

## **5.2 FINANCIAMENTO DO CURSO**

Neste item estão descritas as fontes de financiamento do Curso, as bolsas concedidas pela Universidade Aberta do Brasil e outros itens financiáveis.

### **5.2.1 Concessão de Bolsas Universidade Aberta do Brasil**

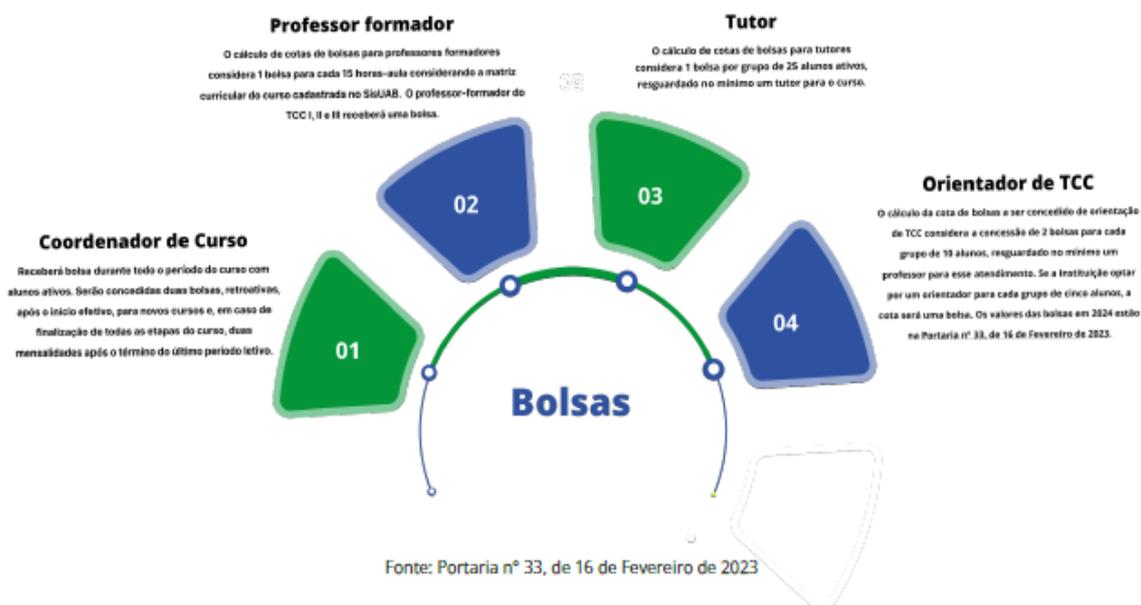
Antes das informações atinentes à concessão de bolsas e custeio para os cursos UAB, cabe ratificar que as Coordenações Gerais UAB são as responsáveis pela

gestão das cotas de bolsas e do custeio e que quaisquer dúvidas referentes ao financiamento, devem ser direcionadas aos coordenadores Gerais e Adjuntos UAB.

Fica caracterizado que uma oferta de curso iniciou, iniciando a concessão de cotas para os bolsistas no mês subsequente, a partir do cadastro do 1º aluno no SisUAB, desde que o cadastro seja realizado antes do dia 10 do referido mês.

Segundo a Instrução Normativa nº 2 de 19 de abril de 2017, em seu art. 2º. "a concessão das bolsas da UAB se organizará por IES, curso e grupos de alocação de bolsa, sendo concedidas durante os períodos letivos dos cursos". Para o Curso de Educação a Distância na EPT está previsto o pagamento de bolsas para:

Figura 23 - Tipos de bolsas e valores



### **1. Coordenador de Curso**

Receberá bolsa durante todo o período do curso com alunos ativos. Serão concedidas duas bolsas, retroativas, após o início efetivo, para novos cursos e, em caso de finalização de todas as etapas do curso, duas mensalidades após o término do último período letivo.

### **2. Professor formador**

O cálculo de cotas de bolsas para professores formadores considera 1 bolsa para cada 15 horas-aula considerando a matriz curricular do curso cadastrada no SisUAB. O professor-formador do TCC I, II e III receberá uma bolsa em cada uma das unidades temáticas.

### **3. Tutor**

O cálculo de cotas de bolsas para tutores considera 1 bolsa por grupo de 25 alunos ativos, resguardado no mínimo um tutor para o curso.

### **4. Orientador de TCC**

O cálculo da cota de bolsas a ser concedido de orientação de TCC considera a concessão de 2 bolsas para cada grupo de 10 alunos, resguardado no mínimo um professor para esse atendimento. Se a instituição optar por um orientador para cada grupo de cinco alunos, a cota será uma bolsa. Os valores das bolsas em 2024 estão na.

### 5.2.2 Outros itens financiáveis

Os recursos para custeio podem ser solicitados via um Plano de Trabalho (PTA) para a Capes pela Coordenação Geral UAB. O valor é calculado por aluno ativo considerando o valor R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais) por cursista ativo (em plena atividade acadêmica).

No. de cursistas ativos x valor padrão

É importante constar nesse Plano itens para:

- diárias e passagens: viabilizando a participação em reuniões com a Setec/MEC, encontros presenciais nos polos, aula inaugural, entre outros;
- recursos para despesas com a aula inaugural, encontros presenciais e defesas de TCC.

## 5.3 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CURSO

O processo de avaliação e monitoramento do curso é um dos caminhos para se alcançar uma educação a distância de qualidade. Assim, ao mesmo tempo em que os resultados da avaliação ampliam o conhecimento na área, também podem evidenciar que esta é uma alternativa metodológica capaz de dar respostas satisfatórias às necessidades de formação continuada de professores.

Nessa perspectiva, a avaliação ganha relevância nas políticas educacionais, tornando-se um dos principais instrumentos para a tomada de decisão dos agentes públicos do Estado em relação às políticas sociais, trazendo transparência e publicização dos avanços e desafios.

A avaliação e o monitoramento de políticas públicas que se desdobram em programas e projetos educativos ancoram-se na atribuição de valor a diferentes aspectos, tais

como: o problema que as motivam, o seu desenho, a sua implementação, a sua eficiência, eficácia e efetividade. Tanto a avaliação quanto o monitoramento precisam estar fundamentados em evidências coletadas, sistematizadas e analisadas através de métodos e técnicas de pesquisa. O acompanhamento do desenvolvimento, da implantação e da implementação das mudanças, tanto na concepção quanto na execução das políticas, requer avaliação de todas as suas etapas.

As atividades de avaliar e monitorar assumem um caráter interdependente e estão associadas à busca dos meios mais apropriados e dos melhores resultados para o enfrentamento dos problemas públicos.

Nesse sentido, faz-se necessário o monitoramento e avaliação das ações formativas do Curso, contemplando as vozes dos sujeitos participantes. Tanto o monitoramento quanto a avaliação precisam estar fundamentados nas concepções teóricas do caráter da avaliação que se pretende desenvolver. Para isso, será constituída uma equipe de trabalho com especialistas e Grupo de Trabalho do projeto (especialistas em avaliação, EaD e EPT) realizar processos que integrem avaliação, monitoramento e pesquisa que possibilitem o efetivo acompanhamento das ações formativas a partir da visão dos sujeitos que participam dos cursos: gestores, professores formadores, tutores e cursistas.

No que tange à avaliação do curso, sugerimos sete dimensões: implementação, desenvolvimento do curso, AVA e material didático, corpo docente, infraestrutura e equipe de gestão. Esse acompanhamento tem a intencionalidade de obter informações empíricas sobre os aspectos analisados, sistematizá-las e analisá-las através de métodos e técnicas específicas para este fim para servir de base à tomada de decisão e para eventuais correções de rumo na direção de alcançar a qualidade educacional. Trata-se de um processo contínuo e longitudinal de acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento do Curso nas e pelas instituições ofertantes, bem como de seus resultados.

### 5.3.1 Acompanhamento pelas coordenações locais

Para Libâneo (2008), o cargo de coordenador implica várias responsabilidades específicas. No entanto, suas competências destacam-se em ações como: coordenar a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação do projeto pedagógico-curricular, propor ideias e diretrizes relacionadas aos objetivos e orientações curriculares, oferecer suporte técnico na elaboração do projeto e dos planos de ensino, e acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto pedagógico-curricular, especialmente as atividades do currículo e do ensino.

Nesse sentido, anuímos que a avaliação é um processo contínuo e ramificado, portanto, não deve limitar-se à exposição de resultados. O coordenador, como o principal conhecedor do projeto pedagógico do curso, deve articular as ações planejadas, pois este é um instrumento crucial, com potencial transformador, para avaliação e retroalimentação dos processos. É essencial que o coordenador proponha constantemente estratégias inovadoras para o projeto pedagógico, matriz curricular do curso e seus desdobramentos (Azevedo e Sathler, 2008).

O coordenador também deve acompanhar as reuniões pedagógicas (quando houver), além do envolvimento contínuo em ações de planejamento e acompanhamento do Curso, na busca de garantir o desenvolvimento e cumprimento do PPC.

Nesse sentido, traçamos algumas sugestões de avaliação que a coordenação local da UAB pode considerar:

1. **Avaliação de desempenho dos cursistas:** Avaliações periódicas para aferir o desempenho dos cursistas em relação aos objetivos de aprendizagem do curso, em relação ao que foi desenhado no PPC. Aqui, podem ser utilizados os dados da avaliação gerada pelas Unidades Temáticas.
2. **Avaliação da satisfação dos cursistas:** Condução de pesquisa de satisfação para coletar feedback dos cursistas sobre aspectos do curso, incluindo qualidade do material didático, suporte oferecido, experiência de aprendizado, entre outros.

3. **Avaliação do suporte pedagógico:** Avaliação da eficácia do suporte pedagógico oferecido aos cursistas, como tutoria e professor formador, no intuito de identificar áreas que precisam de melhoria e aprimoramento.
4. **Avaliação dos recursos tecnológicos:** Verificação da adequação e a eficácia dos recursos tecnológicos utilizados no curso, como o AVA, a plataforma de materiais didáticos e outras ferramentas on-line.
5. **Avaliação do acesso e da acessibilidade:** Avaliação do acesso dos cursistas aos recursos do curso, incluindo questões de acessibilidade no intuito de garantir que todos tenham igualdade de oportunidades de aprendizado.
6. **Avaliação da interação e colaboração:** Aferição do nível de interação e colaboração entre os cursistas e entre cursistas e equipe docente. Isso pode ser feito por meio de análise de fóruns de discussão, questionários e feedback dos próprios estudantes.
7. **Avaliação da efetividade dos polos de apoio presencial:** Avaliação da efetividade dos polos de apoio presencial em fornecer suporte adicional aos cursistas quando necessário.

Essas avaliações podem fornecer *insights* valiosos para a coordenação da UAB sobre o funcionamento e a eficácia de seus cursos, permitindo reajustes e melhorias conforme necessário, para garantir a melhor experiência de aprendizado possível para os cursistas e garantir a qualidade e excelência formativa do Curso de EaD na EPT.

### 5.3.2 Avaliação Nacional

Será desenvolvida sob a coordenação da Setec/MEC, em parceria com a Capes UAB.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. Formação de educadores a distância na pós-graduação: potencialidades para o desenvolvimento da investigação e produção de conhecimento. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 121, 2012. p. 1053-1072.
- ANJOS, A. V. dos; ALONSO, K. M. Verbete INDICADORES DE QUALIDADE EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. In: MILL, Daniel (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018. p. 340.
- AZEVEDO, A. B.; SATHLER, L. **Coordenação de curso em EaD: novos papéis**. V Congresso brasileiro de ensino superior a distância; 60º Seminário Nacional ABED de educação a distância, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 16 jun. 2024.
- BRASIL. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Regulamenta as aulas semipresenciais nos cursos reconhecidos das instituições de educação superior (IES). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.
- BRASIL. **Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004**. Regula os processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior (IES), credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port\\_4361.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 26 jun. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Altera os dispositivos dos Decretos nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e nº 5.773, de 9 de maio de 2006, estabelecendo a exigência de polos de apoio presencial. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm). Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007.** Define as responsabilidades pelas atividades de avaliação, regulação e supervisão de EaD. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6320.htm). Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 1, de 10 de janeiro de 2007.** Regula o ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para a educação presencial e a distância. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_port\\_1.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port_1.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/legislacao/2007/portaria\\_40\\_12122007.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, 2007.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-ead> Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm). Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 .** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016.** Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195). Acesso em: 07 mai. 2024

BRASIL. DED/Capes. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017.** Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Diário Oficial da União, Seção 1 - 24/04/2017, p. 36-37. Brasília, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2017. Disponível em: [D9057](#). Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107). Acesso em: 26. jun. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018.** Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18977](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18977). Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019.** Regulamenta o art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 2, de 4 de Janeiro de 2021.** Regulamenta o art. 8º da Portaria CAPES nº 90, de 24 de abril de 2019, estabelecendo as diretrizes para autorização de funcionamento e para a Avaliação de permanência de Polos de Educação a Distância (polo EaD) para oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=5709#anchor>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. SEAD/MEC. **Manual Básico da Educação a Distância e Sistema UAB.** Vitória - ES, 2022. Disponível em: [https://sead.ufes.br/arquivos-instrucoes/sead\\_manual\\_basico\\_ead\\_uab\\_2022.pdf](https://sead.ufes.br/arquivos-instrucoes/sead_manual_basico_ead_uab_2022.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o Sistema UAB e sua legislação.** Brasília: Inep/MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/acesse-tambem/o-que-e-uab>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar da Educação Básica: resumo técnico.** Brasília: Inep/MEC,

2023a. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. Setec/MEC. **Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Setec/MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**: Diretrizes Gerais. Brasília: Setec/MEC, 2024.

CERNY, R. Z. **Gestão pedagógica na Educação a Distância: análise de uma experiência na perspectiva da gestora**. 2009. 263f. Tese (Doutorado em Educação)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10115/1/Roseli%20Zen%20Cerny.pdf>.

Acesso em: 29 abr. 2024.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Tradução de Patrícia Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

MALHEIRO, C. A. L.; SCHLÜNZEN JR., K. Verbete ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. In: MILL, Daniel (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 25.

MORAN, José. VALENTE, José Armando. **Educação a Distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PONZIO, A. **Prefácio para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Valdemir Miotello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

SARTORI, A. S.; ROESLER, J. **Educação Superior a Distância: gestão da aprendizagem e produção de materiais impressos e on-line**. Tubarão: Unisul, 2008.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Caderno CEDES**, v. 29, n. 78, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/> Acesso em: 15 ago. 2024.

WILL, D. E. M.; PEREIRA, G. **Didática da Educação a Distância**. Florianópolis: DIOESC/UDESC, 2012. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560929/2/caderno\\_didatica\\_da\\_EaD%20web.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560929/2/caderno_didatica_da_EaD%20web.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.

## ANEXOS

### Anexo 1 - Atos administrativos que regulamentam a EaD

Legislação	Resumo	Acesso
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lcis/l9394.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lcis/l9394.htm</a>
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm</a>
Portaria Ministerial nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 ( <a href="#">Revogada por Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019</a> )	Regulamenta as aulas semipresenciais nos cursos reconhecidos das instituições de educação superior (IES).	<a href="http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf">http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf</a>
Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004 ( <a href="#">Revogada pela Portaria Normativa nº11, de 20 de junho de 2017</a> )	Regula os processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior (IES), credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	<a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf</a>
Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm</a>
Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 ( <a href="#">Revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017</a> )	Altera os dispositivos dos Decretos nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e nº 5.773, de 9 de maio de 2006, estabelecendo a exigência de polos de apoio presencial.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm</a>
Portaria nº 1, de 10 de janeiro de 2007	Regula o ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para a educação presencial e a distância.	<a href="http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port1.pdf">http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port1.pdf</a>

<p>Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007 e outras disposições pela <a href="#">Portaria nº21, de 2017</a>.</p>	<p>Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.</p>	<p><a href="https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf">https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf</a></p>
<p>Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007 (<a href="#">Revogado pelo Decreto nº 7.480, de 2011</a>)</p>	<p>Define as responsabilidades pelas atividades de avaliação, regulação e supervisão de EaD.</p>	<p><a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6320.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6320.htm</a></p>
<p>Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011</p>	<p>Institui a Rede e-Tec Brasil.</p>	<p><a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm</a></p>
<p>Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017</p>	<p>Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>	<p><a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm</a></p>
<p>Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017</p>	<p>Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.</p>	<p><a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107</a></p>
<p>Portaria Normativa nº11, de 20 de junho de 2017</p>	<p>Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.</p>	<p><a href="http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2017-pdf/66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf/file">http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2017-pdf/66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf/file</a></p>
<p>Portaria nº21, de 21 de dezembro de 2017</p>	<p>Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior ? Cadastro e-MEC.</p>	<p><a href="https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017">https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017</a></p>

Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018	Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.	<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=18977">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=18977</a>
Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.	<a href="https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf">https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf</a>
Portaria nº 2, de 4 de Janeiro de 2021	Regulamenta o art. 8º da Portaria CAPES nº 90, de 24 de abril de 2019, estabelecendo as diretrizes para autorização de funcionamento e para a Avaliação de permanência de Polos de Educação a Distância (polo EaD) para oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.	<a href="http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=5709#anchor">http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=5709#anchor</a>